

LEONARDO FRANCISCO VELOSO CORRÊA

Augustos e Digníssimos Senhores Representantes da Nação:

O declínio do Tempo Saquarema visto pela “Fala do Trono”

Taubaté – SP

2019

LEONARDO FRANCISCO VELOSO CORRÊA

Augustos e Digníssimos Senhores Representantes da Nação:

O declínio do Tempo Saquarema visto pela “Fala do Trono”

Monografia apresentada ao Departamento de Ciências Sociais e Letras da Universidade de Taubaté, como trabalho de conclusão do curso de História, sob orientação da Profa. Dra. Rachel Duarte Abdala.

Taubaté – SP

2019

Nome: Leonardo Francisco Veloso Corrêa

Título: Augustos e Digníssimos Senhores Representantes da Nação: O declínio do Tempo Saquarema visto pela “Fala do Trono”

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ

Departamento de Ciências Sociais e Letras – Curso de História

Taubaté, junho de 2019.

Resultado: _____

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Profa. Dra. Rachel Duarte Abdala

1º Membro: Prof. Dr. Isnard de Albuquerque Câmara Neto

2º Membro: Profa. Dra. Suzana Lopes Salgado Ribeiro

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao corpo docente da Universidade de Taubaté por minha formação.

Agradeço a minha família, especialmente meus pais, cujo apoio foi fundamental para a conclusão dessa fase da minha vida. Também aos amigos e às pessoas que amo, por tornarem essa caminhada mais leve e divertida.

Agradeço a José Murilo de Carvalho por tornar apaixonante o período histórico que fundamenta este trabalho.

Agradeço ao FIES por tornar isso possível.

RESUMO

O Tempo Saquarema foi o período de apogeu do Império do Brasil, entre os anos de 1850 e 1870. Baseados na manutenção da escravidão, do latifúndio e das hierarquias tradicionais, os conservadores brasileiros construíram o país a sua imagem e semelhança. O objetivo dessa monografia é analisar o declínio da ordem saquarema e o surgimento de uma nova ordem a partir dos discursos proferidos pela Coroa brasileira. Esses discursos foram organizados, ainda em 1889, com o título de “Falas do Trono”, e o acesso a eles foi possível graças a Biblioteca Virtual do Senado Federal. Desse modo, metodologicamente, a pesquisa foi realizada recorrendo à análise documental e à Análise do Discurso, permitindo, assim, a observação do esforço reformista a partir do final da década de 1860, buscando salvar a ordem vigente e, ao mesmo tempo, abrindo espaço para uma nova.

Palavras chave: Tempo Saquarema, Fala do Trono, Império, Discurso, Conservador.

“O que hoje bastará, amanhã talvez seja pouco.”

Visconde de Ouro Preto

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Legenda: Encarte do estande brasileiro na Exposição Universal de Paris, em 1889. P. 34.

Figura 2. Legenda: Primeira página do jornal *Frank Leslie's Popular Monthly*, de abril de 1876, com a imagem de D. Pedro II estampada. P. 35.

Figura 3. Legenda: Fotografia produzida pela *Centennial Photographic Company*, em 1876, mostrando a frente de um estande brasileiro. P.36.

Figura 4. Legenda: Charge da *Revista Illustrada* Nº 283, de 1882, mostrando o Imperador como um papagaio, repetindo os discursos de seus ministros. P. 44.

Figura 5. Legenda: Charge da revista *O Mequetrefe* Nº 465, de 1888, mostrando o Imperador sendo manipulado pelos políticos da ocasião. P. 44.

Figura 6. Legenda: Charge da *Revista Illustrada* Nº 69, de 1877, satirizando um ministro que substituiu a Princesa Isabel no discurso de abertura do parlamento. P. 45.

Figura 7. Legenda: Charge da revista *O Malho* Nº 399, de 1910, satirizando o discurso de posse do então Presidente da República Nilo Peçanha. Os elementos de comparação com a “Fala do Trono” são abundantes. P. 45.

Figura 8. Legenda: *D. Pedro II na abertura da Assembleia Geral*, obra de Pedro Américo, 1872. P. 46.

Sumário

Introdução.....	10
CAPÍTULO 1: O TEMPO SAQUAREMA (1850-1870)	15
1.1 O conceito do apogeu imperial	15
1.2 Os saquaremas no Primeiro Reinado (1822-1831)	15
1.3 Os saquaremas no Período Regencial (1831-1840)	16
1.4 O Segundo Reinado (1840-1889): Começa o Tempo Saquarema	17
1.4.1 O Partido Conservador.....	19
1.4.2 Bandeiras saquaremas	19
1.4.3 Conservação e Transformação	20
1.5 Escravidão: leme do navio saquarema	21
1.5.1 Processos globais.....	22
1.5.2 Processos locais.....	23
1.6 Latifúndio: “Brasis” dentro do Brasil.....	24
1.6.1 Reforma agrária “às avessas”: a Lei de Terras de 1850	24
1.7 Eleições: da urna à baioneta.....	26
1.7.1 Eleição primária	27
1.7.2 Eleição secundária e Senado	28
1.7.3 Representatividade saquarema	28
1.8 Diplomacia saquarema	29
1.8.1 Intervencionismo e antiamericanismo	30
1.8.2 As questões do Prata.....	31
1.8.3 O grande irmão do Norte	32
1.8.4 Exposições Universais: Espetáculo das “raças”	34
CAPÍTULO 2: A “FALA DO TRONO” (1823-1889)	39
2.1 O conceito de ritual no discurso.....	39
2.2 Análise de Discurso: Os simbolismos do poder	40
2.3 O Imperador e os ministros: A autoria do discurso.....	42

2.4 A “Fala do Trono” nos imaginários	44
CAPÍTULO 3: A CRISE DO TEMPO SAQUAREMA VISTA PELO DISCURSO DA COROA.....	49
3.1 A “Geração de 70” e o contexto da crise saquarema	49
3.1.2 Guerra do Paraguai e Questão Militar	51
3.1.3 Reforma ou Revolução!	53
3.1.4 O Movimento Abolicionista.....	55
3.1.5 O Movimento Republicano	57
3.1.6 A Questão Religiosa	58
3.2 A questão do “elemento servil” na “Fala do Trono” de 1867	59
3.2.1 A Lei do Ventre Livre.....	61
3.3 A revisão da Lei de Terras no discurso de 1886.....	63
3.3.1 O “Projeto Dantas” de 1884.....	64
3.3.2 A “Fala do Trono” de 1886: O fim do silêncio	65
3.4 A necessidade da reforma eleitoral no discurso de 1878	67
3.4.1 Tempo Luzia (1878-1885)	67
3.4.2 A “Fala do Trono” de 1878: Urgência!	68
3.4.3 A Lei Saraiva e seu impacto no Tempo Saquarema	69
3.5 A abertura do rio Amazonas à navegação internacional no discurso de 1867..	71
3.5.1 A “Fala do Trono” de 1867: Americanismo forçado	72
Conclusões.....	74
FONTES DOCUMENTAIS	76
REFERÊNCIAS	77

Introdução

O período monárquico brasileiro é considerado o momento de construção da nação. Vícios e virtudes nasceram sob a égide das dinastias portuguesas, entre elas os Bragança, em um processo de formação nacional peculiar para o momento e o local onde ocorrera, assim como para com as personagens que envolvia. Esse período é objeto de pesquisa e reflexão para inúmeros historiadores e cientistas sociais do Brasil e do mundo, estudiosos que procuram compreender os fundamentos e as mentalidades do maior país da América Latina. Entre esses estudiosos, destaca-se o professor Ilmar Rohloff de Mattos. Graduado em História Social pela UFRJ e doutor na mesma área pela USP, atualmente lecionando na PUC-RJ, Mattos é especialista em História do Brasil e autor da obra *Tempo Saquarema*, síntese do apogeu imperial brasileiro, entre os anos de 1850 e 1870. A obra é fonte imprescindível para se entender os fundamentos teóricos e as bases que formaram esse período da monarquia brasileira, forjado pelo Partido Conservador – os saquaremas – e, portanto, uma das principais referências desse estudo.

Grupo estruturado nos primórdios da Independência brasileira, o auge do Partido Conservador e da ideia de nação preconizada por ele se deu no período do Segundo Reinado (1840-1889). As bases para esse apogeu foram lançadas pelos saquaremas e resultaram nas características da segunda metade do século XIX brasileiro, pautada pela moderação de D. Pedro II e a ascensão do café brasileiro no mercado mundial. Se obtiveram sucesso principalmente nesse período, as bases do Tempo Saquarema foram gestadas ainda no período joanino (1808-1821), onde os arquitetos do Estado Nacional brasileiro encontraram legitimidade para suas diretrizes. Primeiramente, a passagem entre a Colônia e o Império, levada a cabo por um príncipe português, era tida por essa elite como um processo de *transmigração*. A Corte Portuguesa havia trazido para o Brasil as benesses da “civilização”, enquanto o príncipe português, D. Pedro I, ocupou-se de consolidar essas benesses sob a soberania brasileira. A nação independente era assim uma evolução orgânica de seu estado anterior, obra de um homem só, amparado por uma elite una e coesa, sem a “anarquia” da participação popular ou os horrores de uma guerra em larga escala, como acontecia nos países vizinhos. Após esse processo relativamente pacífico, em contraste com os vizinhos hispânicos, era necessário consolidar os pilares do novo Estado, pautado pela *ordem* e pela *liberdade*. “Ordem”, para os saquaremas, era a manutenção das conquistas

do período joanino. Não estamos falando exatamente do Banco do Brasil ou do Jardim Botânico, mas sim das instituições básicas para o apogeu do Tempo Saquarema: a escravidão, o latifúndio e as hierarquias. A “liberdade” era a independência e, principalmente, a liberdade de possuir, inclusive outros seres humanos.

Essas duas ideias se consolidaram no reinado de Pedro II, pois antes dele foi necessário “aparar as arestas” da sociedade brasileira que impediam o sucesso do projeto de poder saquarema. No Primeiro Reinado (1822-1831), foi necessário livrar-se do monarca, que não se adaptava completamente às exigências do grupo dirigente. Outorgou uma constituição, entrou em guerra no sul e tinha como braço direito um abolicionista precoce. Após a abdicação de Pedro I, o objetivo central dos saquaremas foi a manutenção da unidade nacional frente aos interesses regionais e “radicais”, tal como a manutenção de seu poder. O saldo da Regência (1831-1840) foi positivo para o grupo dominante, sendo a Lei de Interpretação do Ato Adicional o atestado de óbito das conquistas liberais dos anos 1830. Por fim, no início do Segundo Reinado, o já estruturado Partido Conservador tratou de “domesticar” seus rivais nas Revoltas Liberais de 1842 e no fim da Revolução Farroupilha, em 1845. A partir de então, estava consolidado o poder dos saquaremas. Em 1850 garantiu-se a segurança do latifúndio frente às pressões internacionais pelo fim do tráfico transatlântico de africanos escravizados, garantindo-se também a continuidade da escravidão no solo nacional. É o início de uma série de jogos de *transformação e conservação*, onde os saquaremas abriam mão de parte de seu poder para conservar o todo, tornando favorável uma situação adversa. Em 1853 aconteceu outro desses “jogos”, com o Ministério da Conciliação, gabinete misto que buscava trazer para perto do poder a oposição comportada do regime, visando mantê-la sob o controle governista. Em 1854 é inaugurada a Ferrovia Mauá, primeira em solo nacional, símbolo do início da industrialização brasileira. O Império se consolidava conforme o Tempo Saquarema avançava.

Estabelecido o Tempo Saquarema, era necessário sistematizar seus resultados. A “tese dos três mundos” – *governo, trabalho e desordem* – foi a síntese do período, reservando a cada classe da sociedade brasileira um lugar muito bem delimitado. À elite, principalmente a saquarema, cabia o mundo do governo, da política, da diplomacia, dos negócios. Aos escravos cabia o mundo do trabalho e nada mais. A todos os que não se encaixavam nessa ordem senhor-escravo – geralmente homens

livres e pobres – cabia o mundo da desordem, tão combatido nos anos da Regência, mas que a partir dos anos 1850 parecia ter se aquietado. Essa divisão hierárquica durou enquanto durou o Tempo Saquarema. Conforme o tempo avançava e a sociedade ia se tornando mais complexa, os pilares do Partido Conservador começavam a ser questionados.

A chave escolhida nessa monografia para analisar esse questionamento e o subsequente declínio do Tempo Saquarema é a “Fala do Trono”. Documento oficial, usado para abrir e fechar as sessões legislativas do parlamento brasileiro, a “Fala do Trono” foi o discurso com o qual a monarquia brasileira se materializava diante seus súditos, expondo as expectativas do governo e da Coroa a respeito dos destinos do país, sendo a peça mais tradicional do antigo regime brasileiro. Oração do Imperador, poesia das elites, o discurso perpassava os mais variados aspectos da vida nacional, desde a saúde da Família Imperial até os tratados diplomáticos firmados pelo Brasil. Por essa razão, o documento é riquíssimo como fonte para se entender o país governado pelos saquaremas, pois apesar de apresentar uma visão das elites, mostra também sua relação com a “plebe”, assim como os anseios dessa. Analisada de forma aprofundada e lida nas entrelinhas, a “Fala do Trono” é como um diagnóstico do país durante os anos da monarquia, detalhando os problemas concretos que o país enfrentava, mas também as relações de poder de seus agentes.

Como construção política monumental que era, foi impossível tornar invisível o declínio do Tempo Saquarema, sendo abundantes as chaves disponíveis para se analisar a crise do Império. A “Fala do Trono” é uma delas, inédita para esse fim, salvo pesquisas pontuais sobre alguns de seus aspectos. As reformas das décadas de 1870 e 1880, mais do que reformar o edifício do Estado, vão abrir caminho para um novo edifício, à revelia de seus protagonistas, sendo possível identificar nos discursos da Coroa os indícios da demolição da ordem saquarema. Reforma do elemento servil, revisão da lei de terras, aperfeiçoamento do sistema eleitoral, abertura internacional, são inúmeras as portas para se vislumbrar o caminho até a queda dos conservadores na direção do Império, todas reunidas sob o manto do Imperador e a sobrecasaca de seus ministros.

A partir da revisão de vasta bibliografia e análise de discurso, baseada em autores como Eni Puccinelli Orlandi e Edward Palmer Thompson, foi possível extrair da “Fala do

Trono” os aspectos essenciais para se compreender o abalo nos pilares do Tempo Saquarema a partir do final da década de 1860. O documento parlamentar, digitalizado e de fácil acesso no site da Biblioteca do Senado Federal, auxiliado pela obra de Mattos, nos permite entender esse período-chave da história nacional, observando a crise de dentro para fora. A pesquisa pautou-se, principalmente, na junção do conceito cunhado por Mattos com a ideia de poder simbólico expressa nas obras de Lilia Schwarcz – também especialista em História Social –, Pierre Bourdieu e E. P. Thompson, mas também em ampla bagagem teórica de autores que pensaram o Brasil, como Joaquim Nabuco, Sérgio Buarque de Holanda, José Murilo de Carvalho e Emília Viotti da Costa, além de teóricos de áreas diversas, como a já citada Eni Puccinelli Orlandi e Michel Foucault. O livro *As Barbas do Imperador*, de Schwarcz, assim como o clássico *Costumes em Comum*, de Thompson, se unem em harmonia para explicar os rituais do poder, enquanto seu contexto fica a cargo de obras primas como *A Construção da Ordem – Teatro de Sombras* de Carvalho. Teses e artigos também foram de suma importância para a construção do corpo da pesquisa, principalmente nas áreas que exigiam ampla contextualização. A obra de Tâmis Peixoto Parron e a de Rafael Marquese foram imprescindíveis para se caracterizar os aspectos político-econômicos do Brasil do século XIX, principalmente quando aliadas à documentação da época, como a obra de Francisco Belisário Soares de Souza ou os anais do parlamento brasileiro.

O início da monografia trata do contexto e do conceito de Tempo Saquarema. No primeiro capítulo, vemos as características desse projeto de poder e o momento em que foi edificado, tal como seus arquitetos, sendo a porta de entrada para entendermos sua queda. Seu período de apogeu delimitado (1850-1870) e seus pilares básicos são partes de uma mesma obra, em que seus protagonistas devem ser analisados como agentes de seu tempo, cujo poder lhes dava a prerrogativa de interpretá-lo, mas não de controlá-lo. Após ampla contextualização, temos que compreender a segunda peça dessa análise: a “Fala do Trono”, e seu papel na formação da imagem interna do Império do Brasil. Peça-chave no teatro da corte, vamos observar no segundo capítulo como esse discurso foi a ferramenta com a qual o Imperador, paramentado como tal, se comunicava diretamente com a sua elite e com o imaginário de seus súditos. Sua ação nos imaginários, sua relação com os agentes do poder, são aspectos somente compreendidos através da análise do discurso, cujos fundamentos são expostos como

ferramenta para sua compreensão. Por fim, no terceiro capítulo, após a junção de contexto e análise, podemos observar o declínio do Tempo Saquarema a partir da “Fala do Trono”, caracterizando o período de crise e aprofundando aspectos caros aos saquaremas que começavam a ser questionados pelo discurso da Coroa.

CAPÍTULO 1: O TEMPO SAQUAREMA (1850-1870)

1.1 O conceito do apogeu imperial

“Tempo Saquarema”, expressão cunhada pelo historiador Ilmar Rohloff de Mattos, pode ser considerado como uma síntese básica do período imperial, de seus agentes do poder e de suas relações sociais.

Ao analisar a obra do autor, podemos perceber a existência de um grupo que transcende a própria instituição imperial e, em muitos casos, o próprio imperador, visto pelo senso comum como figura-chave desse período. Os saquaremas – conservadores – remontavam suas teses e seu modo de governo ao que eles chamavam de “transmigração” (MATTOS, 1987, p.298). Ao aportar em terras brasileiras, em 1808, D. João VI (seu título a partir de 1816) construiu o elo entre o passado e o futuro, elo que balizou a ação saquarema a partir de então. A Corte Portuguesa trouxe consigo, na visão dos ideólogos conservadores, a “civilização”. Tirou do Brasil o grosso do ranço colonial, trazendo instituições, cultura, urbanização e livre comércio. O restante da “barbárie” deixada pelo monarca português fora extirpado por seu filho, em um processo de independência singular no continente americano. A figura de D. Pedro I, segundo Emília Viotti da Costa (1998, p.49), descartou a necessidade de uma participação popular considerável no processo independentista, o que garantiu, na visão saquarema, os pilares da civilização no novo império: “ordem e liberdade”. Ordem significava a manutenção das hierarquias, do latifúndio e da escravidão; liberdade significava governar e possuir, incluindo outros seres humanos. E não havia nada de contraditório nessa equação para os arquitetos da monarquia tropical, como denomina Lília Moritz Schwarcz (2015).

Norteando-nos por esses princípios, os saquaremas, grupo consolidado e caracterizado no Segundo Reinado (1840-1889), deitaram suas raízes no período colonial, conservando uma coesão crescente desde então.

1.2 Os saquaremas no Primeiro Reinado (1822-1831)

O fim do absolutismo português, após a Revolução Liberal do Porto em 1820, marcou o início do governo dessa elite. Não que ela não tivesse governado anteriormente por trás do monarca, mas, com o fim do domínio português e a criação de

instituições nacionais, puderam os saquaremas balizar os destinos da nação a seu bel prazer.

A constituinte de 1823 foi o ápice desse processo. A chamada “Constituição da Mandioca”, xenófoba (ou antilusitana) e com o direito de voto baseado na terra, é considerada por muitos estudiosos como um projeto mais conservador que a própria Constituição de 1824, outorgada pelo imperador, porém, com um viés mais liberal e menos restritivo para a época (CARVALHO, 1993, p.23). A carta outorgada marca o fim da nova aliança forjada por essa elite. Os saquaremas, nos anos pós-Independência, ainda estavam longe de ser a aristocracia parlamentar que marcou o apogeu do Império, e seu primeiro imperador não era diferente. Os ímpetos liberais de D. Pedro I, contraditoriamente banhados no seio absolutista dos Bragança, tornavam o Imperador intratável para essa elite, que desejava um monarca “à inglesa”, mas tinha um “à turca”¹.

O saldo do Primeiro Reinado deu vitória aos conservadores. A intransigência do primeiro imperador brasileiro, somada à sua infidelidade a popular Imperatriz Leopoldina e à perda da província Cisplatina em 1828, o forçou a abdicar em nome do filho, em 1831, e ir combater o irmão na Europa, onde, ao contrário do Brasil, ainda era visto como um herói da liberdade para portugueses, espanhóis e gregos oprimidos (PETROPOULOS, 2018).

A partir de então, os saquaremas tiveram caminho livre para projetarem sua visão sob o Estado, inclusive moldando a criança que viria a ser o segundo imperador do país. Mas se lidar com D. Pedro I fora impossível, dirigir o período após sua abdicação não seria mais fácil.

1.3 Os saquaremas no Período Regencial (1831-1840)

O Período Regencial foi o embrião do Segundo Reinado. Nele se formou o caráter de D. Pedro II, a alternância entre “progresso” e “regresso” entre elites e a consolidação das hierarquias conservadas por um processo singular de independência.

Com a abdicação de D. Pedro I, a educação de seu filho ficara encarregada a José Bonifácio de Andrada e Silva, o “Patriarca da Independência”, antigo aliado e

¹ Termo cunhado pela imprensa portuguesa em fins do século XIX para designar governos autoritários. Popularizou-se principalmente durante a chamada “Ditadura de João Franco” (1906-1908).

posterior desafeto do primeiro imperador. O Andrada era a principal voz do grupo chamado de “Restaurador”, que acreditava em uma monarquia constitucional, porém forte e centralizada na pessoa de D. Pedro I, que deveria retornar da Europa e retomar seu trono americano. Além disso, era famoso por suas ideias abolicionistas e a favor da instrução pública e gratuita. Retirá-lo de cena garantiria os dois pilares saquaremas citados acima, a liberdade e a ordem. No caso da queda de José Bonifácio e de seus restauradores, a liberdade estava em garantir uma monarquia livre dos resquícios absolutistas e dos rompantes autoritários do antigo imperador; a ordem estava em manter a escravidão e a esmagadora maioria da população alheia a qualquer forma de instrução mínima. Esses valores, com a saída de José Bonifácio, deveriam ser incutidos no jovem Imperador, que saberia respeitar a constituição e os “direitos” da classe proprietária.

A alternância entre liberais e conservadores, que se consolidou a partir da década de 1840, tem sua raiz nas primeiras regências organizadas por essa elite. A Regência Trina (1831-1835) marcou a tentativa de descentralizar o Estado imperial, com o Ato Adicional de 1834, reforma constitucional que suspendeu o Poder Moderador e criou as Assembleias Legislativas Provinciais, levada a cabo por uma parte da elite ainda não “domesticada”. A partir de 1835, porém, iniciou-se o chamado “Regresso”, movimento conservador que, sob a Regência Uma (1835-1837), restringiu essa autonomia provincial, colocou polícia e Justiça sob o poder central e reprimiu violentamente as inúmeras revoltas que explodiam pelo país. Essas revoltas, unindo escravos, mestiços, pobres e elites periféricas, sejam em prol da liberdade individual, da autonomia provincial, da isenção de impostos ou mesmo da república, eram vistas por essa elite como uma união de degenerados, para a qual essas ideias de igualdade, embutidas em pardos e pretos, eram um espelho da desordem. Foi necessário dar início a um novo reinado para que esses perigos, em parte, desaparecessem.

1.4 O Segundo Reinado (1840-1889): Começa o Tempo Saquarema

O início do reinado de D. Pedro II não foi o fim de todos os problemas do Império. A Revolução Farroupilha, movimento revolucionário e separatista das elites gaúchas iniciado em 1835, se estendeu até 1845, enquanto as Revoltas Liberais de 1842, lideradas pelo grupo que coroou o Imperador aos 14 anos de idade, agitaram a vida

política nacional até sua derrota na cidade de Santa Luzia, nome que definiu os adversários dos saquaremas durante todo o Segundo Reinado.

Porém, é nesse período ainda conturbado, que se consolidou de uma vez por todas o Tempo Saquarema. A vitória sob a Farrroupilha consolidou a unidade territorial e o poder central sob a espada de Luís Alves de Lima e Silva, futuro Duque de Caxias e grande nome do grupo. A vitória sobre os liberais em 1842 consolidou o cenário político. Agora, as várias dissidências liberais, exaltadas e moderadas, republicanas e federalistas, que tanto trabalho deram aos saquaremas no Período Regencial, teriam de se contentar com a unificação humilhante da denominação “Luzia”, que reduziu suas pretensões a mera ramificação das diretrizes conservadores, sendo praticamente uma fachada vazia que dava ao regime um aspecto artificial de alternância de interesses e de representatividade.

Mas o principal aspecto consolidado pelo Tempo Saquarema foi a tese dos “três mundos constitutivos do Império Brasileiro” (MATTOS, 1987, p. 136). *O mundo do governo, o mundo do trabalho e o mundo da desordem* deram o tom à vida política, econômica e social do Segundo Reinado, sendo a expressão clara da ordem defendida pelos conservadores.

O “mundo do governo” seria reservado a eles. Sendo portadores da liberdade, da propriedade e da instrução, deveriam os saquaremas, e somente eles, dirigirem os rumos da nação. O “mundo do trabalho” seria reservado aos escravos. A ideia da dignidade do trabalho, principalmente o braçal, jamais fora difundida no Brasil do século XIX. Por fim, o “mundo da desordem” era reservado à massa pobre, parda e livre da população, que não encontrava eco nesse mundo dual e hierárquico pautado na relação senhor-escravo. Era essa massa que perturbava a ordem do Império nos tempos da Regência e era ela que havia sido aliciada pelos exaltados em suas revoltas. A esse “terceiro mundo” cabia apenas o rigor da lei e nada mais.

O auge do Tempo Saquarema se deu a partir de 1850, estendendo-se aproximadamente até 1870. Esses 20 anos marcaram o ápice da política conservadora na direção do Império. Escravidão e latifúndio se fortaleceram mutuamente, principalmente após a ascensão do café brasileiro no mercado mundial. A política foi controlada regional e nacionalmente por essa elite, enquanto a diplomacia se consolidou em uma direção cada vez mais intervencionista e europeizada.

1.4.1 O Partido Conservador

Em 1836, antigos conservadores – apelidados “caramurus” – e dissidências dos liberais moderados se uniram para formar uma sigla partidária. O Partido Conservador surgiu como a institucionalização do Tempo Saquarema. Aos moldes do século XIX, politicamente pautado pelo bipartidarismo – orgânico, espasmódico ou artificial –, tiveram no campo adversário os liberais, cujo grupo foi tortuosamente unido em 1831, separado em 1864 pela efêmera “Liga Progressista”, e reformulado em 1868 como um novo Partido Liberal.

Como vimos anteriormente, o grosso da organização liberal foi extirpada pela derrota em 1842, que lhes rendeu o apelido histórico – “luzias”. O partido dos liberais era, agora, um “braço brando” dos saquaremas, sugado pelo predomínio destes. Sua política era pautada, na maioria de seus gabinetes, por uma adoção de pautas adversárias, mostrando que “não havia nada mais conservador do que um liberal no governo”, como diria o contemporâneo Holanda Cavalcanti. Porém, apesar das semelhanças e da fisiologia partidária existente no Império, é necessário que façamos justiça às pequenas sutilezas que os distinguiam.

1.4.2 Bandeiras saquaremas

De acordo com Mattos (1987, p.103), havia, sim, diferenças sutis entre os dois partidos. Enquanto o Partido Liberal unia em suas fileiras profissionais liberais urbanos e grande parcela da agricultura de mercado interno, os conservadores representavam a aliança entre a alta burocracia e a grande lavoura de exportação. Enquanto os primeiros tendiam à defesa da descentralização política e da reforma eleitoral, não tendo laços necessariamente vitais com a escravidão, os segundos pautavam sua política na defesa do Estado centralizado, da escravidão e do latifúndio. Era novamente o conceito de “ordem e liberdade” que balizava as ações desses homens. Verifica-se também que a titulação nobiliárquica era abundante entre os conservadores, sendo mais tímida entre seus adversários.

Segundo João Camillo de Oliveira Torres (1964, p.376), os conservadores viam no Estado centralizado a sobrevivência da monarquia, que viam, por sua vez,

como um “acidente útil”. A utilidade deste acidente seria a manutenção de sua ordem. Além disso, continua o autor, conservadores pareciam compreender melhor o “Brasil real” do que os liberais, e até mesmo que o próprio Imperador. Seus adversários queriam um parlamentarismo à inglesa, quando o que tinham não era um país como a Inglaterra, mas um país agrícola, escravocrata e sem uma burguesia forte. É necessário ressaltar, porém, que esse “Brasil real” havia sido criado e continuamente moldado por esses próprios conservadores que o interpretavam.

1.4.3 Conservação e Transformação

Como observado por Torres (1964), os conservadores priorizavam a “vontade nacional” acima das paixões individuais e regionais. De fato, ao criarem todo seu aparato ideológico e construírem o Estado a sua semelhança, começando pela revisão do já citado Ato Adicional de 1834, esses homens davam início a seu jogo de *conservação e transformação* (MATTOS, 1987, p. 295). Com “conservação” entende-se manutenção – novamente, ordem e liberdade. Com transformação entende-se a absorção do novo, das pautas adversárias e, principalmente, a sobrevivência da classe.

“Transformar”, para o saquarema, era abarcar o máximo possível, em seu restrito e seletivo mundo, as novas demandas de seu tempo, do qual tinham o monopólio de interpretação, mas não o controle de seu avanço. A primeira grande “transformação” pode ser vista nos anos da chamada “Conciliação”, onde, entre 1853 e 1858, liberais e conservadores compuseram um só ministério, dando o tom do apogeu imperial. Essa conciliação, liderada por Honório Hermeto Carneiro Leão, Marquês do Paraná, figura-chave da política conservadora em seu auge, tinha objetivos claros. Primeiramente, garantir a estabilidade, necessária para qualquer direção política efetiva. Em segundo, trazer de volta para a política os liberais. Com isso, além de garantirem a fachada representativa do sistema, aspecto caro para o mundo “civilizado” que almejavam representar, podavam os adversários mais exaltados e controlavam os moderados mais de perto. Conservação e transformação. Conserva-se o predomínio político para si, mas transforma-o para atender novas demandas de forma conveniente e enquanto ainda eram aceitáveis, esvaziando o discurso rival. A conciliação não foi apenas um gabinete parlamentar, mas sim a expressão clara de um pilar ideológico.

1.5 Escravidão: leme do navio saquarema

Em todos os espaços escravistas do século XIX, o mais difundido, sem dúvida, foi o Brasil.

Citando Carvalho (2018, p.53), diferentemente dos Estados Unidos, não havia aqui uma “linha geográfica” que separasse os territórios escravocratas dos territórios livres. A escravidão era extremamente difundida em todos os quadros da sociedade brasileira, desde o grande latifundiário até o pequeno proprietário. Mesmo os escravos, quando livres, não viam problema em escravizar os seus. É claro que esse fato não invalida a luta histórica da população negra contra o racismo e as desigualdades, tampouco diminui a responsabilidade do branco nesse processo. Como diria Nabuco:

Não importa que tantos dos seus filhos espúrios tenham exercido sobre irmãos o mesmo jugo, e se tenham associado como cúmplices aos destinos da instituição homicida, a escravidão na América é sempre o crime da raça branca, elemento predominante da civilização nacional... (NABUCO, 1883, p. 47)

Entretanto, esse quadro é sintomático quando o consideramos em nossa análise. Não havia no Brasil nem ao menos uma linha tênue que separasse a dita civilização da escravidão. Tentava-se forjar uma que aceitasse a outra.

Das vozes em contrário, poucas usavam de argumentos ditos “anglo-saxões”. Não se apelava para valores iluministas libertários, como o direito inalienável do homem, contradição para uma elite que se dizia “iluminada”, em sua “ilha de civilização” governada por um monarca de “tipo europeu”. O argumento mais difundido, antes do florescer do Movimento Abolicionista, era o religioso, de origem católica. Esse argumento, banhado pelo absolutismo ibérico, não passava de um apelo surdo para uma vida comunitária que deveria ser benevolente com os cativos. Citando Carvalho:

[...] a influência do estado absolutista, em Portugal, acrescida da influência da escravidão no Brasil, deturpou-a, não podendo haver comunidade de cidadãos em Estado absolutista, nem comunidade humana em plantação escravista [...] (CARVALHO, 2018, p. 45)

O outro argumento, menos difundido e mais restrito aos anos da Independência, era o argumento da “razão nacional”. Usado por José Bonifácio, pregava a impossibilidade de se construir uma nação enquanto todos os seus filhos não fossem considerados cidadãos iguais, sempre havendo um obstáculo para a formação de uma verdadeira unidade e de um verdadeiro sentimento patriótico.

Seja religioso ou político, o fato é que os argumentos abolicionistas só começaram a fazer eco realmente após a Guerra do Paraguai (1864-1870), onde, além da vergonhosa situação que compunha o exército brasileiro, alvo de críticas de inimigos e aliados, expôs-se a real contradição do sistema escravista na segunda metade do século XIX, que se pautava pela união disforme entre Estado liberal e economia escravista. Como reduzir à servidão plena aqueles homens que estavam agora no campo de batalha, lutando pelo país? O mundo escravo – ou do trabalho –, após o conflito, não podia mais ser deixado na transparência e no silêncio.

1.5.1 Processos globais

A tese de doutorado de Tâmis Peixoto Parron (2015) explora a contradição da por ele chamada “Era da Liberdade”. Como o século XIX, marcado pelas lutas por emancipação nacional e individual, pôde também ser o século da chamada “segunda escravidão”? Dois eventos convergiram para a ascensão desse processo. O primeiro veio ainda em 1791, numa rica região das Antilhas controlada pela França.

A Revolução Haitiana é um marco, sem igual, na história da humanidade. Pela primeira vez – ao menos desde o início da escravidão transatlântica – negros cativos se rebelaram e venceram seus senhores brancos de forma definitiva. O segundo país independente do continente americano, em suas idas e vindas, será a primeira república negra, na concepção contemporânea do regime.

Essa revolução marcou também um importante processo econômico. Com o fim do domínio francês e os posteriores embargos estrangeiros, o mercado mundial viu entrar em decadência os monopólios franceses do café. Seus vizinhos antilhanos, domínios ingleses e holandeses, produtores não só de café, mas também de açúcar e algodão, não ficaram imunes aos resquícios desse processo, abrindo caminho para novos polos comerciais. É nesse cenário que surgiram os novos espaços produtores – e escravistas – do mundo: o sul dos Estados Unidos, a colônia espanhola de Cuba e o Império do Brasil.

O segundo evento que converge para a ascensão dessa chamada “segunda escravidão” saiu do parlamento britânico em 1845: o *Bill Aberdeen*. O decreto inventara um modo nunca visto antes de se emancipar o homem (PARRON, 2016, p.211). Em

uma política de Estado, a emancipação deveria vir de cima para baixo, criando um sistema bem organizado de trabalho livre. Porém, a lei ia além, permitindo que a Marinha Britânica apresasse qualquer navio, de qualquer nação, suspeito ou comprovado, de transportar escravos no Atlântico. Dessa maneira, o centro da economia global começava a interferir ativamente nos interesses da periferia do capitalismo nascente.

A aparição dos novos espaços produtivos e a emancipação de Estado decretada pela Grã-Bretanha consolidou de forma monolítica a escravidão no século XIX. A partir de agora, sendo a base da economia brasileira, cubana e, em grande parte, estadunidense, e ameaçada frontalmente pelos interesses britânicos, a defesa da *plantation* escravista se tornou uma política de Estado para esses países. Mais do que isso, um modo de governar – no Brasil, o modo saquarema.

1.5.2 Processos locais

Assim como no plano global, no plano local os espaços de escravidão se formaram por uma convergência de fatores.

O primeiro fator preponderante para a ascensão do Brasil como espaço de produção escravista mundial foi a supracitada Revolução Haitiana. Segundo Rafael Marquese (1997, p.356), ao derrubar os monopólios antilhanos, a revolução abriu espaço para a entrada brasileira no mercado mundial de café, o qual dominou a partir de 1830.

O segundo fator é a composição do Vale do Paraíba, que já na década de 1850 tinha um caráter de típica *plantation* escravista (MARQUESE, 1997, p.342), para onde o fluxo das riquezas já decadentes do ouro e do açúcar afluía desde a chegada da Corte Portuguesa em 1808, que deu acesso ao mercado internacional para os grandes proprietários da região.

O resultado dessa convergência de fatores foi o acordo tácito entre a aristocracia rural e o Estado na defesa da escravidão. Iniciando-se com a manutenção do sistema no processo de independência nacional, perpassando a passividade das autoridades ante a lei anti-tráfico de 1831, apelidada de “para inglês ver”, até o fomento ao tráfico interno de cativos, a aliança forjada pelos saquaremas era seu modo de

governar, sua política nacional. A chamada “Questão Christie” (1862-1865) seria o ápice dessa aliança, colocando o governo imperial em confronto diplomático com o Reino Unido, devido ao apresamento de navios brasileiros em águas nacionais e a atitude pouco amistosa – para dizer o mínimo – de alguns oficiais e marinheiros britânicos em solo nacional. Mais do que a defesa da soberania, esse conflito diplomático representou a defesa da escravidão. Defender a escravidão era defender o latifúndio, o monopólio do comércio agroexportador, a ordem e a “liberdade de possuir”. Mais do que isso, defender a escravidão era defender mais uma vez a “tese dos três mundos” – governo, trabalho e desordem – que era, em suma, a síntese do próprio Império do Brasil.

1.6 Latifúndio: “Brasis” dentro do Brasil

O latifúndio, um dos pilares do Tempo Saquarema, era também herança colonial. Possuir terras na colônia era possuir prestígio junto à Coroa, pois o modo de obtê-la nesse período era por intermédio de doações régias, as sesmarias. Como recompensa por serviços prestados ao monarca português, o fidalgo recebia um grande lote de terra para cultivar e governar como lhe aprouvesse. Segundo Emília Viotti da Costa (1999, p.176), esse tipo de posse foi basicamente o único existente no Brasil até sua independência em 1822. A partir de então, com exceção da compra ou herança, o modo de obter terra no país era ocupando-a.

Porém, com a ascensão do café como o maior produto de exportação brasileira, e a iminente proibição do tráfico transatlântico de africanos escravizados a partir da Lei Eusébio de Queiróz de 1850, a oligarquia produtora, principalmente do Vale do Paraíba, passou a necessitar cada vez mais de terras legalizadas e de trabalhadores livres, para expandir a produção e garantir uma mão-de-obra alternativa – de preferência europeia – para quando cessasse o regime escravista.

1.6.1 Reforma agrária “às avessas”: a Lei de Terras de 1850

Em 18 de setembro de 1850, sob o gabinete saquarema de Bernardo Pereira de Vasconcellos, estrela do “Regresso” regencial, decretou-se a chamada “Lei de Terras”. Essa lei seria concebida como uma “reforma agrária ao contrário”, principalmente se

comparada a sua contraparte estadunidense de 1862. Enquanto na república do norte o acesso a terra foi facilitado e a pequena propriedade incentivada, na monarquia do sul a compra por altas cifras passou a ser a única forma de se obter terra no país. Segundo Costa (1999, p.173), a lei foi uma das “modificações que ocorreram nas estruturas econômicas e sociais em resposta à expansão do mercado internacional”.

Dessa forma, as antigas sesmarias e ocupações deveriam ser imediatamente legalizadas via documentação cabível, em processo burocrático e dispendioso. Aquele que não possuía provas documentais da posse ou que não podia pagar para comprová-la, tinha suas terras confiscadas pelo Estado, passando a ser o lote patrimônio da nação, assim como as terras ainda não ocupadas. A partir daí, acabava-se com a posse por ocupação e iniciava-se a posse unicamente por compra, onde essas “terras devolutas” deveriam ser adquiridas por grandes fortunas, em um processo mediado pelo Estado (Costa, 1999, p.172). Além disso, com o dinheiro das terras, o governo poderia subsidiar a imigração europeia para o Brasil.

A lei não legislava apenas sobre os direitos dos latifundiários, mas também sobre suas obrigações. Possuir a terra significava ocupá-la, o que por sua vez significava explorá-la e produzir. Com essas obrigações buscava-se estimular um uso mais racional e efetivo da terra, eliminando o latifúndio improdutivo, sendo necessário também um regime de trabalho mais intenso e sistematizado (COSTA, 1999, p.178). Nesse ponto, os latifundiários eram “vítimas” de dois problemas. De um lado a escravidão, amplamente difundida por todo o território, porém agora, ameaçada em sua fonte pela diplomacia britânica. De outro, a dependência aos “agregados”, inúmeros pequenos arrendatários que viviam nas periferias das fazendas e trabalhavam poucos dias por semana, obtendo seu sustento principalmente mediante a agricultura de subsistência. Esses homens, ainda, eram objeto do clientelismo da oligarquia, que precisava mantê-los sob sua influência para os períodos eleitorais, como veremos mais adiante. A Lei de Terras resolveria esse problema crônico da mão-de-obra, transformando esses agregados em assalariados disciplinados e financiando a imigração.

A lei veio em boa hora para os saquaremas. Exatos 14 dias após decretado o fim do tráfico negreiro para o Brasil, esses homens legitimaram o latifúndio e garantiram que pequenos arrendatários, negros libertos e futuros imigrantes não

tivessem acesso fácil à terra, garantindo mão-de-obra livre para suas grandes propriedades e o monopólio da terra em suas mãos (COSTA, 1999, p.177).

Segundo Costa (1999, p.179), foram poucas as vozes que se levantaram contra a nova legislação. Os produtores de outras regiões acusavam o projeto de beneficiar somente os fazendeiros do Vale do Paraíba, enquanto socializava as despesas do processo imigratório. Outros, menos ligados à atividade agroexportadora, consideravam um absurdo dificultar o acesso a terra em um país ainda pouco povoado.

A Lei Eusébio de Queiróz, que fez cessar a fonte de mão-de-obra escrava no país, e a Lei de Terras, que dificultou o acesso a terra e manteve-a nas mãos dos mesmos latifundiários, formam partes de mais um jogo de “transformação e conservação”, novamente levado a cabo pelos saquaremas. Ao se deparar com a iminente ameaça externa à sua fonte de mão-de-obra, o Tempo Saquarema soube transformar para conservar. Ao contrariarem seus próprios interesses, os conservadores aboliram o tráfico, para em seguida garantirem a continuidade de seu predomínio sobre a terra. Dessa maneira, aceitavam um futuro baseado no trabalho livre – que deveria vir de forma lenta e gradual –, mas se certificavam de que ele não subverteria a ordem vigente.

1.7 Eleições: da urna à baioneta

O voto no Império do Brasil era marcado por um caráter censitário, ou seja, restritivo. A política girava em torno dos candidatos liberais e conservadores, famosos pela semelhança dos atos e pela pobreza ideológica. Votava-se somente o brasileiro livre do sexo masculino que possuísse renda anual superior a 200 contos de réis, eliminando, assim, as mulheres, os escravos, os libertos, os estrangeiros, os não católicos e os considerados indigentes do processo, além de praças do Exército e membros de ordens religiosas. Além disso, o voto não era direto. Ao brasileiro médio que atendesse os requisitos constitucionais, cabia o papel de votante. Este era responsável por eleger o eleitor, que por sua vez elegia o deputado. Cada grau acima do processo exigia maior qualificação, principalmente no que dizia respeito à renda. Segundo Carvalho (2018, p.45), apesar das restrições legais, uma massa considerável de brasileiros participava do processo em seu primeiro estágio, algo em torno de 13% da população, porcentagem razoável se comparada às potências da época. Mas esse sistema

eleitoral peculiar, seguido religiosamente durante toda a monarquia, tinha atores mais ativos e complexos do que se pode demonstrar em uma rápida análise.

1.7.1 Eleição primária

Para entendermos o caráter do processo eleitoral brasileiro do século XIX temos que entender primeiro quem era essa figura chave do sistema: o votante.

Na opinião de Francisco Belisário Soares de Souza (1979, p.19), político contemporâneo aos fatos, os votantes não tinham a mínima consciência do direito que exerciam, somente o fazendo em troca de benefícios ou na base da intimidação. Eram pertencentes à massa da população e sua qualificação como votantes não era baseada em sangue ou distinções nobiliárquicas – como defendia o político –, mas sim em sua renda. O modo de comprovar essa renda não estava previsto na legislação vigente, então os “mandões locais”, citando Carvalho, encontraram uma maneira de se aproveitarem da situação, de “cima para baixo” e de “baixo para cima”.

“De cima para baixo” era a maneira como essas influências controlavam as mesas de qualificação. Nelas, o magistrado responsável tinha total liberdade para incluir ou excluir quem lhes fosse conveniente, de acordo com as exigências locais, mesmo que não houvesse motivos legais para tal ato, ou mesmo que o indivíduo nem sequer existisse. O processo de controle das mesas era hierárquico, na medida em que a exigência partia de um chefe local, que por sua vez estava atendendo ao pedido do presidente da província, que por sua vez atendia aos interesses de seus procuradores no governo (SOUZA, 1979, p.27).

“De baixo para cima” geralmente era o segundo ato, envolvendo a massa dos votantes. Os modos de se garantir uma maioria nas eleições primárias eram variados, mas geralmente se resumiam ao mais torpe clientelismo. A compra de votos e a troca de favores era regra geral para se “converter” a massa ao partido desejado, principalmente quando essa massa era agregada e dependente do indivíduo que a aliciava, morando em suas terras (SOUZA, 1979, p.34). Essa dependência mútua, como vimos ao analisar a questão fundiária, era objeto de preocupações não só para o votante, mas também, e principalmente, para o proprietário que exercia sua influência sobre ele, pois o obrigava

a manter sob sua “tutela” um grande número de dependentes – clientelas – que lhes seriam úteis somente nos períodos eleitorais.

Mas havia outras formas de se garantir uma maioria primária (CARVALHO, 2018, P.39). Era notável o papel dos “fósforos” no processo, homens comprados pelas influências locais que, aliadas às mesas eleitorais, permitiam que esses indivíduos votassem inúmeras vezes em várias freguesias eleitorais, dando números aos candidatos desejados. O governo também tinha suas artimanhas, se utilizando da legislação de recrutamento militar e remetendo para fora de um município uma grande quantidade de adversários, ou seja, uma grande massa de votantes. Quando nenhum desses artifícios mostrava-se suficiente, se partia simplesmente para a violência, seja para intimidar os participantes ou para invalidar os pleitos.

1.7.2 Eleição secundária e Senado

A fase secundária das eleições, onde se elegia o deputado, era menos conturbada que a primeira, porém não menos interessante. O eleitor, teoricamente mais qualificado, tinha consciência de que seu cargo não era fruto da vontade nacional, mas sim dos arranjos locais atrelados aos interesses governamentais. Como o governo era a fonte real de qualquer resultado, a ele cabia ainda validar a escolha do eleitor. As decisões governamentais faziam e desfaziam deputados, nas palavras de Souza (1979, p.41).

O Senado, por sua vez, sendo o grau mais restrito do processo eleitoral, deixa pouco para se falar de seus meandros. Ambiente majoritariamente saquarema, os candidatos ao Senado vitalício também eram suscetíveis aos vícios da mesa eleitoral, mas seus destinos recaíam, de fato, sobre as mãos do imperador. Contados os votos válidos, era composta lista tríplice com os candidatos mais votados, cabendo somente ao monarca eleger o novo senador (CARVALHO, 2018, p.36).

1.7.3 Representatividade saquarema

O que esse sistema representava para os saquaremas? Em primeira análise, garantia a fachada representativa do regime. Em segundo plano, mantinha a origem do deputado eleito longe da participação popular. Por fim, as fraudes garantiam o controle da massa que insistia em fazer valer sua soberania, mesmo que de forma limitada e

extremamente tortuosa. Ao analisarmos o sistema político imperial concluímos que o poder do voto era uma via de mão dupla. O voto era a maneira que o votante, coagido pelos mandões locais, via para atrelar algum tipo de importância a si mesmo, pobre iletrado que, em uma sociedade extremamente hierarquizada, não conseguiria alguma forma de inserção senão na base do clientelismo.

Para o Tempo Saquarema, a criação de consensos era fator fundamental para sua sobrevivência. Aceitar o pleito, mas não aceitar perdê-lo, era o modo como esses homens conciliavam seus ideais de civilidade – sua ordem – com seus interesses pessoais – sua liberdade.

1.8 Diplomacia saquarema

A busca por prestígio internacional sempre foi o caráter norteador da diplomacia saquarema. Mas, assim como os próprios saquaremas, o caráter dessa busca foi se “domesticando” com o passar do tempo.

No período após a Independência, a diplomacia brasileira era pensada sob o prisma de um príncipe europeu (SANTOS, 2012, p.32). Inicialmente, sua única diretriz era conseguir o reconhecimento internacional para o novo Estado soberano. Mas conforme se consolidava esse novo Estado, se consolidavam também, embora de maneira ainda muito frágil, as diretrizes para uma diplomacia muito mais agressiva e intervencionista.

Desde 1828, com a perda da província Cisplatina e a posterior independência do Uruguai, o Brasil começou a enxergar seus vizinhos hispânicos como “o outro”. Ao mesmo tempo, essa monarquia continental era vista com desconfiança por esses vizinhos (SANTOS, 2012, p.29). Por sua vez, a diplomacia saquarema – considerando o papel ativo de D. Pedro I nesse período – não fazia questão de diminuir essa tensão, chegando às vias do intervencionismo mais visceral para garantir a hegemonia brasileira. Na viagem do Marquês de Santo Amaro a Portugal, em 1826, na busca de assegurar o trono de D. Maria II, filha de D. Pedro I, as recomendações sobre a América do Sul eram claras. Nas atas do Conselho de Estado ao diplomata se lê:

V. Exa. procurará demonstrar e fazer sentir aos soberanos que houverem de tomar parte nesta negociação, que o meio, senão único, pelo menos o mais eficaz, de pacificar e constituir as antigas colônias

espanholas é o de estabelecer monarquias constitucionais ou representativas nos diferentes Estados que se acham independentes. (Ministério dos Negócios Estrangeiros, 21 de abril de 1830)

Era claro o interesse brasileiro em se projetar como uma potência regional que pudesse controlar toda a região, nem que fosse por vias imperialistas. Se estabelecer monarquias aliadas nos países recém-independentes da América Latina parece improvável, em sua época e contexto era relativamente plausível. A Europa, em especial Espanha e França, não via com bons olhos o caráter revolucionário da América Latina, e estabelecer monarquias pulverizadas no continente era uma maneira de garantir uma ampla esfera de influência brasileira, e até mesmo expandir o território do Império. Mas os ventos sopravam contrários à diplomacia da jovem elite brasileira. A década de 1830 marcou um novo período revolucionário na Europa, em especial com a Revolução de Julho na França, que derrubou o reacionário Carlos X e colocou em seu lugar o liberal Luís Filipe I, a Revolução Belga, que deu soberania à antiga província holandesa e a revolução constitucionalista na Polônia. Além disso, é nesse período que a França inicia sua colonização na África, enquanto eclode na Espanha a Primeira Guerra Carlista (1833-1840). A Europa estava ocupada demais para se envolver em uma nova aventura colonial no continente americano, ainda mais contra o ímpeto revolucionário dos libertadores hispânicos e a tutela dos Estados Unidos e sua “Doutrina Monroe”. Foi inevitável ao pragmatismo saquarema abandonar essa epopeia perigosa que não encontrava eco nos ventos liberais da Europa da década de 1830 e só despertaria o latente estado de beligerância entre o Império e seus vizinhos.

1.8.1 Intervencionismo e antiamericanismo

Nas palavras de Luís Cláudio Villafañe G. Santos (SANTOS, 2012, p.32), após a abdicação de D. Pedro I e o início das regências, a diplomacia brasileira finalmente deixava o prisma europeu e encontrava sua vocação “americana”, mesmo que à maneira saquarema.

Esses homens continuavam com os olhos na Europa, mas sabiam que tinham os pés na América, e isso balizava suas ações no sentido de consolidar essa situação. Era necessário agora estreitar esses laços com o Velho Mundo, do qual o Brasil era, na visão saquarema, um primo distante, porém mais próximo que seus vizinhos, e criar

uma relação amigável com os mais próximos, ao menos enquanto os interesses brasileiros não fossem ameaçados.

Passadas as turbulências da Regência, a política externa imperial pôde adquirir alguma consistência a partir do Segundo Reinado e da maioria de D. Pedro II (SANTOS, 2012, p.35). O desenvolvimento dos consensos internos, marca do próprio desenvolvimento do Tempo Saquarema, era a base para se estabelecer algumas diretrizes que seriam seguidas até a queda da monarquia e, em certo ponto, retomadas após a primeira década republicana, sob o Barão do Rio Branco. Assim, a busca pelo prestígio internacional, a prudência, a criação de consensos e o intervencionismo seriam, cada vez mais, as bases da contraditória diplomacia imperial.

1.8.2 As questões do Prata

De 1850 a 1870, não por coincidência o auge do Tempo Saquarema, o intervencionismo brasileiro seria regra na região platina (SANTOS, 2012, p.35, 36).

A Guerra do Prata (1851-1852) marcou o início desse intervencionismo agressivo, que não poupava esforços para garantir a influência brasileira sobre os países considerados mais fracos e sua hegemonia sobre a região do Rio da Prata. O expansionismo das províncias argentinas, não menos agressivo, se chocava frontalmente com os interesses do Brasil, e até mesmo contra sua soberania, sendo as regiões do Rio Grande do Sul, por exemplo, cobiçadas pelo rival. Essa breve disputa foi apenas o primeiro capítulo de um grande conflito sul-americano. A Guerra do Uruguai (1864-1865), em seguida, colocaria o governo do Partido Blanco em disputa pelo poder com o Partido Colorado, apoiado pelo Império, em uma sangrenta guerra civil. Alegando a defesa dos interesses nacionais nas fronteiras e a manutenção da paz na região, o Brasil efetuou uma intervenção armada na república oriental, que bateria de frente, por sua vez, com os planos do novo ditador paraguaio, Solano López.

López, que governava a República do Paraguai com mãos de ferro desde 1862, tinha um acordo tácito de não agressão com o Uruguai, e viu na intervenção brasileira uma clara ofensa a seus interesses. Somado a seus ímpetos expansionistas, estava estabelecido o contexto para o maior conflito da América do Sul, a Guerra do Paraguai, da qual trataremos em capítulos posteriores.

1.8.3 O grande irmão do Norte

A relação do Império do Brasil com os Estados Unidos da América sempre foi ambígua. Sendo a primeira nação a reconhecer a independência brasileira, ainda em 1824, a relação entre os dois grandes países do continente foi se tornando cada vez mais “pendular” com o passar do tempo. O Brasil não enxergava nos Estados Unidos um exemplo a ser seguido, ao contrário do restante do continente. A monarquia católica que se via europeia não se interessava pela república protestante que tinha em seu nome o continente onde nascera (SANTOS, 2012, p.42).

Essa ambiguidade cresceu a partir do Segundo Reinado e do desenvolvimento do Tempo Squarema. Em 1846, os Estados Unidos começaram a caminhar em direção daquilo que os caracterizariam décadas mais tarde. O imperialismo americano ameaçava seu vizinho mais próximo, o México, em uma guerra que custou metade do território do vizinho latino. Não que os saquaremas não vissem com bons olhos o imperialismo. Ao contrário, o consideravam natural, uma vez que desenvolveram uma política regional intervencionista. O que não viam com bons olhos era esse imperialismo migrando para o sul, e, quem sabe até, intervindo na zona de influência brasileira. Graças a isso, uma diretriz não oficial da diplomacia brasileira era endereçada exclusivamente para os Estados Unidos: distância.

Dois eventos marcaram bem esse posicionamento. A Guerra de Secessão (1861-1865) colocou em choque dois mundos: o norte dos Estados Unidos, industrializado e cosmopolita, onde os direitos inalienáveis do homem eram mais difundidos, e o sul, agrário e escravista, onde a herança colonial e aristocrática ainda se fazia presente. Não é difícil imaginar o lado escolhido pela diplomacia brasileira. O reconhecimento, por parte brasileira, dos Estados Confederados como “beligerantes”, na expressão diplomática, dava aos adversários sulistas da União uma imagem de contestadores, e não de bárbaros rebeldes, como queriam os estados do norte (PEREIRA, 2009, p.40). Com isso, o Império Brasileiro mandava um recado claro: os Estados Unidos eram – ainda – apenas mais uma nação, não um aliado excepcional ou um modelo admirado pelo Brasil. Além disso, era cômodo ao Império não ser lembrado como o único país escravocrata do continente, desconsiderando a pequena Cuba, ainda colônia espanhola.

Na esteira da guerra civil americana, um fato no mínimo peculiar acontecia no México. Também em meio a uma guerra civil, esta entre liberais e conservadores, o México sofria pressão de uma coalizão de países europeus formada por Reino Unido, Espanha e liderada pela França, que exigia a retomada dos pagamentos da dívida externa mexicana, suspensos pelo governo liberal de Benito Juárez. Sem uma resposta satisfatória, e com o apoio tácito dos conservadores mexicanos, Napoleão III, Imperador da França, decidiu intervir militarmente no país. Mais do que uma intervenção para restabelecer a ordem e garantir os pagamentos, Napoleão colocou em prática um audacioso projeto, que de longe lembra os intentos do primeiro imperador do Brasil na década de 1830. A França restabeleceu a monarquia no México, colocando em seu trono um arquiduque austríaco, Maximiliano de Habsburgo, primo de D. Pedro II.

Em 1864 estava proclamado o novo império, reconhecido pelo Brasil no mesmo ano. O fato é que esse reconhecimento não foi um ato entusiasmado feito pelo Imperador brasileiro para com um parente distante. Ao contrário, as relações do Império do Brasil com o Segundo Império Mexicano – o primeiro havia existido entre 1821 e 1823 – foram frias, não obstante as inúmeras tentativas da diplomacia mexicana para conseguir o apoio da única monarquia do continente (HERRERA, 2007, p.10). Isso se deu, mais uma vez, pela ambiguidade da diplomacia saquarema em relação aos Estados Unidos.

Ao reconhecer a monarquia mexicana, fruto de uma intervenção europeia, o Brasil deixava claro mais uma vez que os Estados Unidos eram apenas um país distante com o qual mantinha relações comerciais, e que sua Doutrina Monroe era só uma “poesia diplomática”. Por outro lado, ao se manter frio diante das investidas de Maximiliano, o Brasil alertava para o fato de que a guerra civil americana estava chegando ao fim e que, àquela altura, os estadunidenses já eram os maiores consumidores do café brasileiro. Não seria prudente colocar em jogo relações comerciais promissoras em razão de um império frágil, cujo fim poderia ser previsto pela experiência saquarema à frente do Ministério dos Negócios Estrangeiros, mesmo com sua política contraditória.

1.8.4 Exposições Universais: Espetáculo das “raças”

Seria impossível não falarmos, mesmo que de maneira rápida, das exposições universais do período e das participações brasileiras. O título “espetáculo das raças”, emprestado da antropóloga Lilia Moritz Schwarcz (1993), vem bem a calhar quando se fala das participações brasileiras nas exposições universais do século XIX.

As exposições universais eram o espelho do século XIX e de sua burguesia triunfante. Tendo em suas bases a indústria e a ciência, essas feiras internacionais deixavam transparecer as aspirações e utopias dessa classe vitoriosa do século posterior à Revolução Francesa. Essas exposições, nas palavras de Lilia Schwarcz (2015, p.389), “eram como parques de diversões para adultos. Saciavam a simples curiosidade, exibiam o exótico, mas também revelavam o progresso”.

As nações eram as grandes estrelas desses espetáculos. A Grã-Bretanha podia se representar a partir de todos os continentes, graças a seu imenso império colonial, o maior da história; a Alemanha, mesmo tardiamente unificada, era um milagre industrial no continente, que ultrapassaria os britânicos em poucos anos; a França, principalmente nos anos dourados da Terceira República (1870-1940), era o centro cultural, não só da Europa, mas do mundo; a Itália, também unificada tardiamente, construía seu pequeno, porém orgulhoso, império de ultramar; a Áustria-Hungria parecia eterna ao som de Viena; os Estados Unidos eram uma nação jovem e próspera, que, em poucos anos, seria a responsável pela queda final do antigo Império Espanhol.

O Império do Brasil era um participante assíduo das exposições universais, principalmente para o contexto da América Latina, onde somente a Argentina faria uma única participação em finais do século. A primeira apresentação internacional do Brasil foi em 1862, na exposição de Londres. A segunda participação, em 1867, foi na exposição “*d’Art et d’Industrie*”, em Paris. A terceira, em 1873, foi em Viena, no Império Austro-Húngaro. O país ainda participou das exposições de 1876, nos Estados Unidos, e de 1889, novamente em Paris, a última da monarquia.

Como o exótico era o forte do Brasil nas exposições, a figura do indígena era muito presente, tendo seus objetos um lugar de destaque. A ideia do “índio civilizado”, que convivia em paz com o homem branco, era muito utilizada como propaganda do Brasil, que buscava se mostrar como um “éden tropical” (SCHWARCZ, 2015, p.397). O negro, é claro, não existia nessas representações. Não se podia fazer a mínima

menção a nada que lembrasse às nações modernas de que o Brasil, com seu “monarca cidadão”, ainda tolerava o cativo.



Figura 1: Encarte do estande brasileiro na Exposição Universal de Paris, em 1889.

O Império investia pesado nessas representações e as exposições brasileiras eram muito variadas. Contudo, as lentes dos fotógrafos deixavam sempre transparecer duas coisas: o caráter rural e exótico de nosso país. Entre os vários objetos expostos, como chá, erva-mate, guaraná, arroz, borracha, tabaco, madeira, abelhas, algodão, plantas, maquinaria, construção civil e férrea, telégrafos, armamentos militares, artesanato e objetos indígenas e arte em geral, o que destacava o Brasil, além da flora, era o café. Outro detalhe importante, que viria a ser ainda mais na Exposição Universal da Filadélfia, em 1876, era a imagem da Família Imperial como baluarte da civilização e da estabilidade nos trópicos. Naquele ano, pela primeira vez, o Imperador esteve presente em uma exposição, quase como mais uma das peças exóticas do estande brasileiro. E o sucesso foi imediato. O Imperador brasileiro, primeiro monarca a visitar os Estados Unidos, ficou conhecido pelos jornais do país como “*o único monarca americano*”. A convite do presidente Ulysses Grant, Dom Pedro II abriu e encerrou o primeiro dia da exposição, fazendo sucesso entre a população estadunidense e virando matéria de vários periódicos. Era o ápice de sua diplomacia, pautada no prestígio internacional.

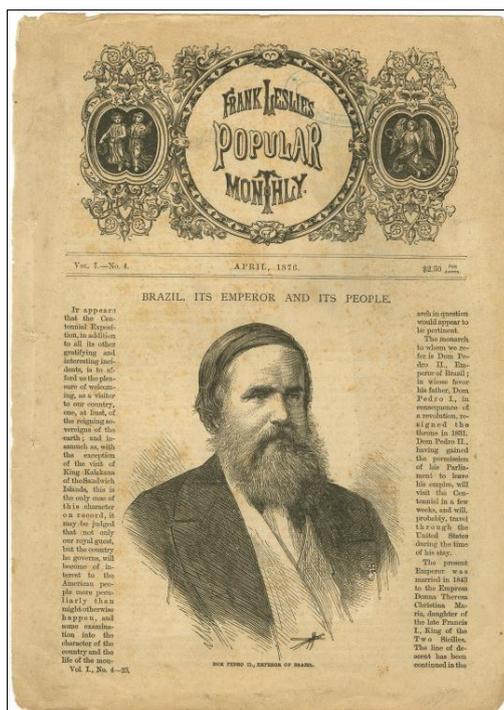


Figura 2: Primeira página do jornal *Frank Leslie's Popular Monthly*, de abril de 1876, com a imagem de D. Pedro II estampado.

Nessas exposições, a imprensa não deixava de registrar o exotismo e as contradições do Império brasileiro. As fotografias dos estandes mostravam grandes complexos modernos, mas cheios de produtos que poderiam ter sido produzidos na época em que o país era uma colônia. A mesma contradição podia se ver em um imperador que, de cartola e casaca, se fazia representar por indígenas. Essas contradições, porém, não passavam despercebidas pelos organizadores das participações brasileiras. De acordo com as “advertências” a seguir, que explicam a participação do Brasil na exposição da Filadélfia, lê-se:

Se as exposições não podem, ainda, por parte do Brasil, significar uma competição na área industrial, elas têm proporcionado ensejo para que o Império seja melhor conhecido e apreciado como região de solo fertilíssimo e nacionalidade pacífica, inteligente e laboriosa. (SCHWARCZ, 2015, p.398)



Figura 3: Fotografia produzida pela *Centennial Photographic Company*, em 1876, mostrando a frente de um estande brasileiro.

As intenções da diplomacia saquarema e, principalmente, de D. Pedro II, eram claras. Se o Brasil ainda não podia se destacar como uma potência industrial, ele se destacaria como uma ilha de civilização em meio à anarquia das repúblicas vizinhas, imersas em golpes de Estado e guerras civis (SCHWARCZ, 2015, p.397). Os estandes brasileiros deixavam transparecer os objetivos de um império que se queria ver civilizado, mas ainda convivia com a escravidão, o latifúndio e o analfabetismo. Dom Pedro II investia na imagem de um país moderno, onde diferentes raças coexistiam em harmonia, onde se plantando tudo dava, e onde uma coroa de origem europeia, pacificamente transplantada para o solo nacional, era a garantia da estabilidade institucional e do progresso da nação. A imagem exótica do Brasil, a que mais chamava a atenção dos estrangeiros, não era negada pelo Imperador, mas sim usada como pano de fundo para um país em progresso. Vitórias-régias em meio a ferramentas, flechas ao lado de rifles, pinturas indígenas ao lado de um “Victor Meirelles”, cocares juntos ao brasão imperial, eram típicos nos estandes brasileiros. Tudo confirmava a visão dos visitantes e do Imperador, assim como dos saquaremas.

A participação intensa nessas exposições demonstra uma clara tentativa da diplomacia saquarema de se fazer ver, em um esforço de mostrar ao mundo que o Brasil, com sua monarquia constitucional, seu sistema representativo e seu monarca de olhos azuis, era, de fato, uma “ilha de civilização”. Os desígnios internos do Tempo Saquarema – hierarquia, privilégios e prestígio – se aplicavam ao cenário externo.

CAPÍTULO 2: A “FALA DO TRONO” (1823-1889)

2.1 O conceito de ritual no discurso

Durante todos os quase 70 anos de existência da monarquia brasileira, a “Fala do Trono”, discurso com o qual o Imperador inaugurava e encerrava as sessões legislativas, foi, sem dúvida, sua tradição mais consolidada. O documento, organizado em 1889 e disponível no site do Senado Federal, mostra que, enquanto costumes como o “beija-mão”, herança medieval portuguesa, foram abandonados nos primeiros anos do reinado de D. Pedro II, o discurso imperial foi instituído ainda em 1823, na Assembleia Constituinte do Império, por D. Pedro I, sendo continuado pelos regentes que o seguiram e por seu filho – em algumas ocasiões, também, por sua neta, a Princesa Isabel.

Esse discurso, nas palavras de Pedro Calmon (1977, p.7), era “a oração com a qual o imperador abria e encerrava a sessão legislativa”. Era no momento da “Fala do Trono” que o monarca brasileiro se comunicava com seus súditos, do alto de seu trono, com toda a pompa e circunstância que a cerimônia exigia. Era nesse discurso que o imperador falava, não só por seus ministros ou pelo partido no poder, mas também por si mesmo, expondo suas convicções, ideias e projetos para a nação, bem como os problemas e necessidades pelos quais o país passava.

Analisar esses discursos é analisar o próprio simbolismo político, tão caro para as monarquias. O momento da “Fala do Trono” era o momento da materialização do regime, ou, segundo Pierre Bourdieu (1989, p.11), da materialização da “violência simbólica”. Essa “violência” seria o reconhecimento, por parte do povo, de sua condição de súdito, baseado em um *consensus* em torno da legitimidade dos símbolos e, por consequência, do próprio regime. Todo esse processo elaborado de crença em um imaginário político é a base do poder simbólico. Esse poder, invisível e pautado na cumplicidade entre aqueles que o exercem e aqueles que lhe são “vítimas”, mais que uma construção da realidade, no caso da monarquia, torna-se um “fac-símile” do próprio regime (SCHWARCZ, 2015, p.30). O imperador e sua corte são a materialização de uma ordem estabelecida. Toda a ritualística que envolvia o discurso da Coroa, e a monarquia no geral, era o caráter simbólico da dominação, sendo a coroa, o cetro, o manto e o próprio discurso, os sistemas de dominação desse poder simbólico,

que, nas palavras de Weber (BOURDIEU, 2009, p. 14), cumprem seu papel na domesticação do imaginário dos dominados.

O caráter teatral da cerimônia era pautado no costume. De acordo com E. P. Thompson (2005, p.9), até finais do século XVIII, o costume – ou a tradição – era a base de legitimação de qualquer prática ou direito reclamado. Dessa forma, a “Fala do Trono” legitimava e era legitimada pelos costumes. Como expressão de uma ordem estabelecida, o discurso da Coroa materializava os costumes da sociedade em que exercia seu poder simbólico. A cena, envolta em uma aura mística e ao mesmo tempo patriarcal e hierarquizada, legitimava e dava forma institucional aos costumes da sociedade brasileira de então. Ao mesmo tempo, como expressão de um *consensus*, que se via ali representado, era legitimada por esses costumes.

A “Fala do Trono” foi a porta-voz da monarquia brasileira e das elites que a controlaram. Isso explica sua longevidade e seu cumprimento quase religioso. Ao dar voz ao imperador e dar moldes ao seu poder simbólico, dava voz e legitimava também a ordem estabelecida pela elite, a ordem saquarema.

2.2 Análise de Discurso: Os simbolismos do poder

Após compreendermos o fenômeno da “Fala do Trono”, temos que compreender mais profundamente a sua mensagem.

De acordo com Eni P. Orlandi (1999, p.16), a análise do discurso relaciona a linguagem à sua exterioridade. Dessa forma, compreender o discurso da Coroa é compreender o contexto em que esse discurso foi produzido. Ainda segundo a autora, “a ideologia se manifesta na língua”, ou seja, mais do que o contexto, precisamos analisar os seus interlocutores. A exterioridade do discurso, ou seu contexto, foi analisado de forma mais ampla no capítulo anterior. Os discursos imperiais foram escritos para oficializarem de forma simbólica as diretrizes saquaremas no poder. Desse modo, é impossível compreendê-los sem conhecer essas diretrizes e o contexto em que elas se encaixavam.

A defesa da “ordem” e da “liberdade”, importantes pilares saquaremas também analisados no capítulo anterior, se encontrava amplamente difundida nos discursos. Na

abertura da Assembleia Geral de 3 de maio de 1848, logo no início da mensagem, D. Pedro II declara:

É chegada a época, sempre esperançosa, de vossa reunião, e eu me felicito ao ver em torno de mim os representantes da nação, cujas luzes e experiência prometem os maiores benefícios à causa da civilização e da ordem, e à prosperidade do Império. (Fala do Trono, 1848, p. 444)

A ordem a qual o monarca se refere não é simplesmente a ordem pública em seu sentido restrito, mas à manutenção da ordem de coisas, dos “três mundos”, das hierarquias e das posições de mando, a manutenção da ordem saquarema.

A liberdade, que era entendida por essa elite, entre outras coisas, como o direito à posse de outros seres-humanos, por sua vez, também estava representada no discurso, principalmente em seus “silêncios”. Após 1850, com a extinção definitiva do tráfico de africanos para o Brasil, a “questão servil”, como era chamada eufemisticamente a escravidão nos discursos, foi sendo paulatinamente abandonada dos principais temas da mensagem, até seu retorno nos anos finais da Guerra do Paraguai. O Estado, intimamente comprometido com as classes proprietárias e escravocratas, não deveria, nem poderia, abalar seus pilares. A própria escolha do termo “servil” para se referir à escravidão era um modo de amenizar a carga negativa que essa palavra já carregava naquele século, e desvincular essa carga da elite dirigente.

Ao analisar o discurso, “observa-se o homem falando” (ORLANDI, 1999, pág.15). Quem falava diante dos deputados e senadores não era o governo ou o Imperador, mas a Coroa, a instituição imperial, a própria monarquia, que transcendia quem a representava. Esse processo, nas palavras de Orlandi (1999, p.19), expunha o “real afetado pelo simbólico”. O discurso, mediação entre o homem e sua realidade natural e social, tornava possível a permanência e a continuidade, e era isso que a “Fala do Trono” representava. Ao paramentar o homem com coroa, cetro e manto, o discurso denotava o caráter transcendental do regime, supostamente acima das paixões políticas e das disputas facciosas. É no discurso que vemos esses objetos simbólicos produzirem sentido, estando investidos de significância para os sujeitos que o legitimam.

2.3 O Imperador e os ministros: A autoria do discurso

Oficialmente escrito pelos membros do Conselho de Estado, alinhados ao imperador, é fácil notar no texto da “Fala do Trono” as particularidades de seu tempo e de seus interlocutores.

Nos tempos de D. Pedro I, a “Fala do Trono” aparece com uma mensagem de exaltação ao primeiro Imperador. Logo no primeiro discurso, em plena Assembleia Constituinte de 1823, D. Pedro deixa clara a necessidade de que a constituição brasileira fosse digna do Brasil e dele mesmo:

Igualmente, agradeço sobremaneira a Assembleia pela deliberação em que está ela a fazer por uma constituição digna de mim, digna de si, e digna da Nação Brasileira, que tão credora é de receber em prêmio por seu brilho, valor e generosidade uma constituição que lhe assegure aquela justa liberdade que é a única que lhe pode acarretar louvores, conciliar amigos e cobri-la de felicidades. (Fala do Trono, 1823, p. 44)

Eram seus ímpetos autoritários e centralizadores vistos pelo prisma oficial. Após sua abdicação e o início da Regência, em 1831, a “Fala do Trono” passa a ter um teor de “renovação”, sendo, porém, tomada pelas revoltas que incendiaram o país naquele período. Foi no início do Segundo Reinado, em 1840, que o discurso adquiriu uma linearidade, passando a apontar as maiores contradições do regime, principalmente entre seu monarca, D. Pedro II, e sua elite, os saquaremas.

O discurso do monarca, expressão máxima da Coroa, apesar de apoiada em sua elite, era repleto do que havia de mais progressista na política nacional. O imperador elencava prioridades como a instrução pública, a colonização da terra e o desenvolvimento da indústria nacional, coisas que, na prática, pouco – ou nenhum – efeito encontraram, mas na teoria, ao menos, colidiam com o discurso saquarema. Afinal, como proteger a lavoura sem a afluência total do erário público para esse setor da economia? Como influenciar, de maneira abertamente clientelista, uma população instruída? Como garantir a manutenção da grande propriedade com uma colonização livre e distributiva? Essas perguntas se mantinham ocultas, ao menos enquanto o discurso se mantivesse simbólico.

Mas se no discurso o Imperador tinha que usar eufemismos e se “submeter” ao crivo dos ministros de Estado, é em sua correspondência pessoal que vemos suas ideias de forma mais clara. Em *Conselhos à Regente*, escrito para a Princesa Isabel em 1876, o monarca deixava clara sua visão, por exemplo, sobre a instrução da população:

A instrução primária deve ser obrigatória, e generalizada por todos os modos, contanto que a moralidade dos professores fique sempre bem provada, e suas habilitações sejam reconhecidas em concurso, a menos que as circunstâncias da localidade exijam que se prescindia dele, a fim de que haja quem ensine. A fundação de escolas normais onde se formem professores primários de ambos os sexos é de absoluta necessidade. (PEDRO II, 2011, p. 12)

Mais do que uma imagem muito bem trabalhada pela oficialidade do regime, a preocupação de D. Pedro II pela instrução pública parece ser genuína quando vista sob o prisma pessoal do monarca. Longe de ser um fervoroso progressista – termo discutível no século XIX –, o Imperador nutria-se das ideias de teóricos como John Stuart Mill (1806-1873), que via na restrição do voto aos analfabetos e indigentes um bem para a sociedade. Para D. Pedro, as eleições só poderiam funcionar quando o povo estivesse devidamente educado, sendo legítima sua exclusão do pleito até que esse processo se concluísse. Porém, se para o monarca esse processo deveria acontecer, transformando o Império em uma nação de cidadãos livres e letrados, o mesmo não podemos dizer sobre os saquaremas. Para os membros do Partido Conservador, a conveniência de se ter uma população alienada era base para seu projeto de poder. Nas palavras da professora Maria Isabel Moura Nascimento:

No final do Império, o quadro geral do ensino era de poucas instituições escolares, com apenas alguns liceus nas capitais, colégios privados bem instalados nas principais cidades e cursos normais em quantidade insatisfatória para as necessidades do país. (NASCIMENTO, 2006, p.3).

O imperador brasileiro, soberano constitucional em um regime tortuosamente parlamentar, não tinha prerrogativas para implantar diretamente as reformas que considerava necessárias, dependendo umbilicalmente de sua elite. Esse quadro se agravou a partir de 1847, com a instituição do cargo de Presidente do Conselho de Ministros, órgão que, na prática, passou a chefiar o Poder Executivo, em consonância com o monarca, mas também com o parlamento e com o partido no poder. O imperador

brasileiro, nas palavras do Visconde de Itaboraá (1868), “reina, governa e administra”, mas à maneira de sua elite. Ao contrário do pai, uma “força da natureza”, D. Pedro II soube consolidar seu poder em troca do respeito aos limites constitucionais de seu papel, o que envolvia a manutenção dos privilégios e a concessão de benesses à elite encastelada na corte carioca. No fim das contas, o monarca de barbas longas, protetor das letras, das artes e das ciências, personificação de um imenso império tropical, governava, de fato, por imposição e omissão, apenas sua casa e o Colégio Pedro II, como ele próprio gostava de frisar a respeito da política nacional.

2.4 A “Fala do Trono” nos imaginários

Como todas as práticas e tradições políticas brasileiras do século XIX, a “Fala do Trono” não escapou dos imaginários da população, principalmente da imprensa.

O discurso era publicado na íntegra pelo Diário Oficial, e nas caricaturas, o pomposo ritual passou, ao longo do tempo, a ser visto como demagogia, fraude, mero formalismo dos caprichos da elite. Era comum a visão do Imperador como alguém manipulado pelos políticos, ora como um papagaio a repetir as ideias do gabinete, ora como um fantoche a ser manipulado pelo Presidente do Conselho, ora como alguém desinteressado pela sorte do país, emprestando suas vestes majestáticas aos políticos proeminentes da situação.



Figura 4: Charge da *Revista Illustrada* Nº 283, de 1882, mostrando o Imperador como um papagaio, repetindo os discursos de seus ministros.

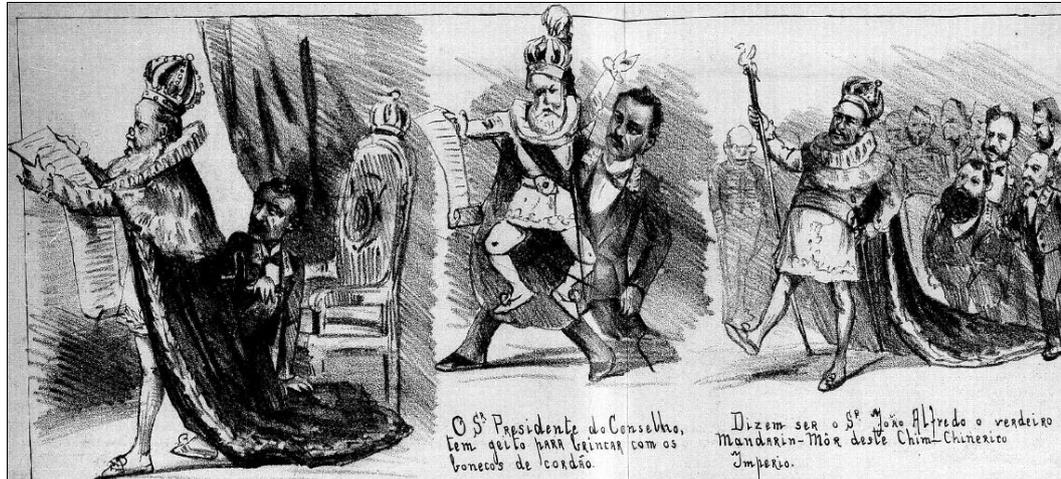


Figura 5: Charge da revista *O Mequetrefe* Nº 465, de 1888, mostrando o Imperador sendo manipulado pelos políticos da ocasião.

Por sua vez, os elementos circundantes à cerimônia também não escapavam da sátira política. O parlamento era muitas vezes composto, nessas charges, por “iguais”, caricaturas idênticas de um mesmo político, representando a fisiologia partidária que reinava no Império. A Princesa Isabel também foi alvo corrente, sendo satirizados, inclusive, os ministros que em certas ocasiões a substituíram na cerimônia, claro, em vestes de princesa. Mesmo a imprensa republicana, tendo já desabado a monarquia, continuava utilizando-se de sátiras que faziam referência à “Fala do Trono”, trocando apenas os símbolos e os personagens centrais. Em grande parte da imprensa, e por consequência no imaginário daqueles que a consumiam, a “Fala do Trono” era sinônimo de descrédito, uma cerimônia anacrônica e, de acordo com o jornalista contemporâneo Carl Koseritz (SCHWARCZ, 2015, p.410), com ares quase carnavalescos.



Figura 6: Charge da *Revista Illustrada* N° 69, de 1877, satirizando um ministro que substituiu a Princesa Isabel no discurso de abertura do parlamento.

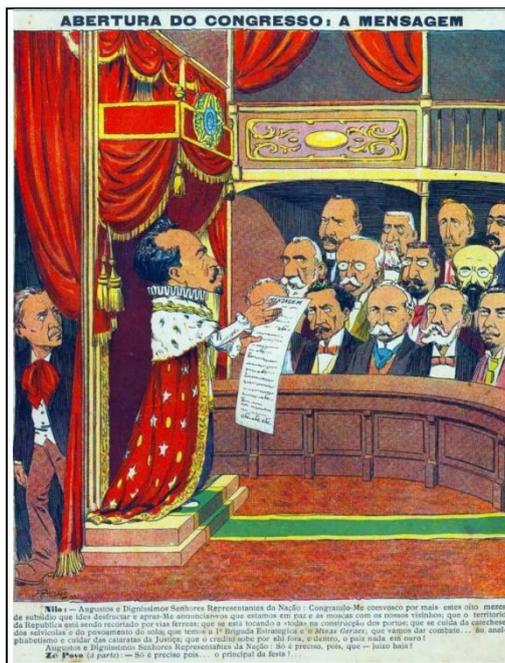


Figura 7: Charge da revista *O Malho* N° 399, de 1910, satirizando o discurso de posse do então Presidente da República Nilo Peçanha. Os elementos de comparação com a “Fala do Trono” são abundantes.

Se as sátiras políticas da imprensa apontavam para a inocuidade da cerimônia, as chamadas “belas artes”, por sua vez, não decepcionaram o regime. Entre a vastidão iconográfica produzida durante o Império, a obra “Dom Pedro II na Abertura da Assembleia Geral”, pintada por Pedro Américo em 1872, se sobressai. O quadro, grande expressão do romantismo brasileiro, faz parte do movimento que buscava criar um

“rosto” para o Brasil. Nele, o Imperador aparece com toda a pompa e regalia características da cerimônia e do regime, cercado das insígnias imperiais, de políticos proeminentes e da Família Imperial. Mais do que criar uma identidade nacional atrelada à monarquia, o momento, pós Guerra do Paraguai e Lei do Ventre Livre, era já de declínio do Império. A necessidade de se criar uma iconografia oficial que reforçasse o regime em bases idealizadas era de suma importância em um contexto de crise iminente.



Figura 8: *D. Pedro II na abertura da Assembleia Geral*, obra de Pedro Américo, 1872.

A escolha da “Fala do Trono” como propaganda da monarquia não é mero acaso. A partir da década de 1870, D. Pedro II passa a usar seus trajes majestáticos apenas nas cerimônias parlamentares (SCHWARCZ, 2015, p.414), adotando ares de “monarca cidadão”, nos moldes de Luís Filipe I da França (1830-1848).

Com isso, torna-se necessário ressaltar na iconografia oficial a importância da cerimônia como um momento místico onde o Estado se materializa para falar a seus súditos. Pedro Américo não capta apenas o monarca em seus trajes, mas também seus pilares de sustentação: a elite e a família. Pedro II e Pedro de Alcântara, monarca e cidadão, se fundem na tradição mais importante e duradoura da monarquia brasileira, que, como tal, é chave importante para analisar suas mudanças e suas crises.

CAPÍTULO 3: A CRISE DO TEMPO SAQUAREMA VISTA PELO DISCURSO DA COROA

3.1 A “Geração de 70” e o contexto da crise saquarema

A convergência de vários fatores foi responsável pelo declínio da ordem que havia forjado o Estado brasileiro desde sua independência. A porta-voz desse declínio foi, sem dúvidas, a chamada “Geração de 70”.

Longe de ser homogêneo, esse movimento congregou contra um inimigo comum uma série de ideólogos das mais variadas vertentes. Novos liberais, republicanos, positivistas, cientificistas, formaram a geração que confrontou abertamente as contradições do regime imperial, atacando frontalmente suas bases de sustentação, antes vedadas ao debate público. Fora dos círculos oficiais, a “Geração de 70” articulou-se em torno de práticas pouco ortodoxas da política e da intelectualidade imperiais, como os comícios, os jornais incendiários e os manifestos. Mais do que suas práticas, é necessário entender sua origem.

Primeiramente, a “Geração de 70” vivia um sentimento de experiência compartilhada (MAIA, 2004, p.2). O imobilismo da máquina saquarema, obstáculo intransponível no *status quo*, permitiu que esses indivíduos, excluídos dos mais altos círculos do poder, se amalgamassem em torno de uma postura crítica ao regime. O indianismo romântico, o liberalismo oligárquico e o catolicismo hierárquico eram agora colocados em cheque por um programa de críticas que visava reformas profundas. A religião como base de apoio à monarquia, a tese da desigualdade natural – expressa pela escravidão – e os privilégios da classe proprietária não eram mais elementos vistos como inerentes à sociedade e à política brasileira, mas sim como defeitos que deveriam ser superados. A ideia dos “três mundos” – *governo, trabalho e desordem* – formulada pela elite saquarema era, dessa forma, invalidada pelas dinâmicas modernas que se gestavam no Brasil de então. Da mesma forma, era essa elite conservadora considerada agora a origem dos males que permaneciam no país, e não o povo e as vicissitudes atribuídas a ele.

Além desse sentimento de exclusão vivido pelos membros da “Geração de 70”, uma base filosófica nova foi crucial para fundamentar suas críticas. O “bando de ideias novas”, nas palavras de Silvio Romero (HOLANDA, 2004, p.385), advindas de uma

Europa tomada pelo nacionalismo e pelo cientificismo, moldou a face do movimento e orientou sua ânsia por reformas. O positivismo, o evolucionismo e o cientificismo seriam responsáveis por embasar o desmonte do Estado imperial brasileiro. Independente da vertente ou do campo ideológico, todas as críticas dessa geração giravam em torno do caráter excludente e reacionário do regime. Para alguns, como Joaquim Nabuco, a monarquia em si não era o problema, mas sim a elite que a dirigia, sendo o regime passível de reforma. Para outros, mais exaltados, o Brasil necessitava avançar na “escala evolutiva”, sendo para isso indispensável a superação da monarquia e da escravidão. Para outros, ainda, a solução para os problemas nacionais estava na descentralização administrativa, sendo comum que ideólogos republicanos, por exemplo, pouco tivessem o que dizer a respeito da sorte dos escravizados. O *modus operandi* dos críticos do Império do Brasil divergia vertiginosamente, sendo comuns somente seus lugares de fala e suas críticas à ordem saquarema.

Por fim, a efervescência da década de 1870 forneceu o solo fértil necessário para que sentimentos e ideias florescessem. A “Geração de 70” foi porta-voz de setores médios da sociedade e de uma nascente burguesia urbana que pouca ou nenhuma ligação tinha com o sistema econômico escravocrata e não encontrava voz no sistema político imperial. O movimento de contestação foi essencial para dar eco aos anseios desses novos atores sociais, extravasando o sistema tradicional. A década de 70 do século XIX marcou ainda o declínio da escravidão no país e, com ele, o aprofundamento do capitalismo. A urbanização acentuada, o desenvolvimento econômico e a complexidade do tecido social gestaram o contexto de surgimento e de atuação da “Geração de 70”.

A união de uma experiência de exclusão compartilhada, da afluência de novas ideias advindas de uma Europa em ebulição e do desenvolvimento econômico proporcionado pelo declínio acentuado da escravidão foi a gênese do movimento que, a partir de meados da década de 1870, contestou abertamente as bases mais profundas do regime de Pedro II. Através de ativismo político e de vasta produção intelectual – que no contexto imperial pouco divergia – os membros dessa geração foram os protagonistas e os responsáveis por dar o tom de uma série de conflitos e divergências que, pouco a pouco, corroeram os pilares da monarquia e deixaram expostas as contradições e limitações de um regime que, para muitos, estava fadado à extinção.

3.1.2 Guerra do Paraguai e Questão Militar

Nas palavras de Sérgio Buarque de Holanda (2004, p.389-390), as guerras externas são sempre divisoras de águas na história de um povo, e no caso da “civilização brasileira” não seria diferente.

A Guerra do Paraguai (1864-1870) marcou o divórcio entre o Exército e a Coroa, em um contexto em que a classe militar se via desprezada pelo poder civil e imperial. Os “casacas” – apelido dado aos civis pelos militares – se alternavam no poder, enquanto o Imperador, no que dizia respeito à guerra, só tinha olhos para a Marinha. Após o conflito, surge uma noção de classe entre os homens de armas que vai se espalhar por toda a hierarquia da instituição. No final da guerra, os ministros mais conservadores, como o Barão de Cotegipe e o Visconde do Rio Branco, já recebiam acerca do “trabalho de catequese feito sobre os soldados vindos do Paraguai” (HOLANDA, 2005, p.136), já imbuídos das ideias republicanas de seus companheiros do Prata. Mais do que isso, ao lutar lado a lado com o negro, enfrentando as críticas de inimigos e aliados a respeito da escravidão generalizada nas tropas e no solo brasileiro, o Exército adquire também uma posição fortemente abolicionista, que ia de encontro com o papel de “capitão do mato” que exercia para os barões do Império nos tempos de paz. Esse Exército, agora equipado material e ideologicamente, armado de ideias e concepções que iam de encontro ao regime imperial, vai ser o protagonista de uma série de conflitos públicos que vão expor a fragilidade das bases da monarquia, a chamada “Questão Militar” (1883-1887).

Assim como as outras “questões” que moldaram a crise do Império, a Questão Militar foi uma amalgama de mal entendidos e de enfrentamento do poder civil. Ao voltarem revigorados da guerra, os militares ansiavam por participar da política nacional de forma ativa (BARROS, 1991, p.136), e isso os levou a se posicionarem sobre os assuntos mais urgentes do país, transgredindo as diretrizes militares vigentes. Homens como Sena Madureira, Cunha Matos e o próprio Marechal Deodoro da Fonseca, protagonizaram uma série de discussões e intrigas que escandalizaram a imprensa carioca na década de 1880. Madureira foi responsável por uma querela entre seus superiores e os abolicionistas, sendo punido por se pronunciar a favor dos últimos, o que lhe rendeu comoção geral. Cunha Matos, ao denunciar o descaso das guarnições militares no Piauí, sofreu represália do gabinete saquarema de então, e, após acalorada discussão com ministros na imprensa, é preso por ordem do ministério. Por fim,

Deodoro, homem forte do Exército, ao ser demitido da presidência do Rio Grande do Sul e afastado da corte por suas posições em prol de seus colegas rebeldes, decidiu enviar uma petição militar ao Imperador, pedindo diálogo, no que pareceu ser uma última tentativa de se apaziguar os ânimos e religar as instituições. Acabou por ser ignorado.

Essa série de conflitos no alto escalão do Exército ocorria enquanto as camadas baixas da hierarquia eram doutrinadas. Longe dos círculos da corte e das tradicionais faculdades de Direito que formavam a elite imperial, os jovens das escolas militares eram levados a crer que a missão de fazer o Brasil avançar era deles. Homens como Benjamin Constant levavam até esses soldados ideias republicanas e positivistas que iriam pautar suas ações futuras. Embora exagerada em sua importância (HOLANDA, 2004, p.389,390), é impossível desprezar o valor das ideias de Auguste Comte entre as camadas que fizeram a república em 1889. Logo surgiram linhas distintas de ação entre esses praças e oficiais, preferindo hora a ação revolucionária e popular, propugnada por Silva Jardim, hora a linha evolucionista do próprio Constant, de ação pacífica e eleitoral. Mas independente dos meios, os fins eram os mesmos: o republicanismo militar, que via os civis com extrema desconfiança e a indiferença da realeza com desprezo, deveria levar a nação para uma nova etapa evolutiva, sem a monarquia, a escravidão e as oligarquias tradicionais. A participação popular não era necessariamente vista como fundamental para esse movimento.

Esse ímpeto revolucionário do Exército vai balizar a direção do país após a queda do regime. Não entraremos em detalhes, pois esse não é o tema desse trabalho, mas vale ressaltar que, após a implosão da ordem saquarema e de suas instituições, o Exército – e futuramente as Forças Armadas em geral – foi o protagonista nacional, única fonte de poder legítima acima dos interesses regionais. A Proclamação da República, a ditadura de Floriano Peixoto, o radicalismo dos jacobinos, os manifestos militares, as quarteladas, a Revolução Federalista e a Revolta da Armada vão ser a expressão do militarismo cientificista que tomaria conta dos quartéis brasileiros a partir do final do século XIX.

Começando por simples querelas na imprensa, passando pela desobediência aberta ao poder civil, os militares brasileiros, após uma guerra sangrenta com um país vizinho, da qual saem politizados e decididos a interferir nos rumos da nação, mas que

inicialmente queriam apenas se ver representados no Tempo Saquarema, acabam por subverter essa ordem, levando abaixo com ela, conseqüentemente, a própria monarquia.

3.1.3 Reforma ou Revolução!

Foi durante a chamada “década conservadora” (1868-1878) que as ideias políticas no Brasil recomeçaram a se agitar, fugindo vagarosamente da estrita esfera saquarema.

Em 1862, uma facção dissidente do antigo Partido Liberal, fundado nos tempos da Regência, somada a algumas dissidências do Partido Conservador, decidiu romper com o predomínio direto dos saquaremas, no poder desde 1848. Nascia assim a Liga Progressista. O novo partido, empenhado em retomar o prestígio e o protagonismo das ideias liberais no Império, tinha como figura principal o conselheiro Zacarias de Góis e Vasconcelos, homem controverso, de ideias conciliadoras, porém grande crítico do Poder Moderador. A Liga dominou a cena política até o ano de 1868, quando, com a queda de seu último gabinete, iniciou-se o verdadeiro declínio do regime imperial brasileiro (CARVALHO, 2008, p.205).

O gabinete progressista iniciou seu terceiro e último governo em um momento conturbado da história nacional, o terceiro ano da Guerra do Paraguai, que, se inicialmente tida como um conflito breve e de vitória certa, logo se mostrou um pesadelo para os envolvidos. Além disso, o gabinete tinha uma excentricidade em seu quadro ministerial: o então Marquês – futuro duque – de Caxias, figura meteórica do Partido Conservador. O experiente militar, chamado às pressas para salvar a Tríplice Aliança da humilhação no Paraguai, não possuía qualquer ponto em comum com o novo governo, somando suas divergências com o Presidente do Conselho às divisões internas dos próprios progressistas. Somados os conflitos, coube ao fiel da balança, D. Pedro II, moderar a situação. Indo de encontro com as deliberações de seu Conselho de Estado e à maioria amplamente favorável que Zacarias tinha na câmara, o monarca então decide pelo comandante de suas tropas. Vem abaixo Zacarias, o gabinete e a Liga Progressista.

A dissolução do parlamento e a queda dos gabinetes não era novidade no Império do Brasil. Nos 10 anos anteriores ao gabinete progressista, haviam se sucedido no poder precisamente 10 ministérios (HOLANDA, 2005, p.16). De estável no regime,

só mesmo o trono. Porém, o que diferenciava a queda desse gabinete da queda de gabinetes anteriores era o total isolamento de D. Pedro II ante a decisão. O Imperador, ignorando seus conselheiros e a câmara constituída, desfere o golpe sob o gabinete por sua conta e risco, no que foi descrito por um contemporâneo, Joaquim Saldanha Marinho, como um “estelionato político”. O novo governo foi formado por um conservador, o Visconde de Itaboraá, acanhado ante a maioria liberal, em um ministério visto como legal, pois era proveniente da escolha constitucional do monarca, mas não legítimo, pois não possuía maioria parlamentar, logo não poderia ser tomado como resultado da vontade popular, mas sim de um capricho do Imperador, sem a anuência de seus ministros. O Império agora era desmistificado. O monarca mostrava seu poder quase absoluto, o parlamentarismo mostrava-se nada mais que um arremedo. Para os pessimistas, era o fim da linha para a monarquia brasileira, pois o sistema mostrava-se impossível de se reformar, estando fadado à extinção. Para a dissidência apeada do poder, as coisas não eram tão simples assim.

Poucos dias após a queda do gabinete, é fundado, no Rio de Janeiro, o Centro Liberal, que lança seu manifesto no ano seguinte. O centro, organizado por homens como Joaquim Nabuco e o próprio Zacarias de Góis, foi responsável por traçar o caminho do novo Partido Liberal, refundado sobre novas bases e duras experiências. O novo partido daria voz aos liberais reorganizados, enquanto os dissidentes, céticos quanto à regeneração do regime, fundam, em 1873, o Partido Republicano Paulista. Apesar das divisões internas e do desgaste dentro dos quadros saquaremas, os liberais terminaram por lançar a única alternativa para a monarquia brasileira: reforma ou revolução.

Essa premissa, da qual os liberais advogavam amplamente pela primeira opção, guiou suas ações até o final do reinado de D. Pedro II. A reforma eleitoral de 1881, a “Lei do Ventre Livre” dos liberais, foi o maior exemplo do que essa reorganização do grupo representava. O partido deixava de ser mera fachada representativa da ordem saquarema para se firmar em verdadeira oposição, ainda que moderada, em um processo poucas vezes visto depois das revoltas de 1842. A posição dos liberais nos anos derradeiros da monarquia também mostrou que a sua lealdade ao regime, que acreditavam poder regenerar, era um caso de devoção. Enquanto republicanos históricos pregavam a queda da monarquia e os velhos conservadores se ressentiam cada vez mais com ela, foram os liberais que permaneceram fiéis à Coroa. Suas ações a partir de 1868,

relembrando o Visconde de Ouro Preto, último chefe de governo da monarquia, não visavam apenas superar o Tempo Saquarema, mas também inutilizar a república.

3.1.4 O Movimento Abolicionista

Apesar da existência de vozes dissonantes em períodos distintos, como Cipriano Barata e José Bonifácio, pode-se dizer que o Movimento Abolicionista foi articulado e passou a existir apenas a partir de finais da década de 1860 (BARROS, 1991, p.123).

Desde a segunda metade do século XIX, o Brasil dava sinais de uma transição gradual para um modelo socioeconômico capitalista de fato. Os investimentos de Irineu Evangelista de Sousa, o famoso Barão de Mauá, na década de 1850, marcaram a ascensão desse processo lento, porém inevitável para o país. As primeiras tentativas de industrialização, a inauguração da ferrovia e a modernização do sistema financeiro, somados à racionalização do uso da terra e do sistema de *plantation*, foram marcas desse momento de efervescência econômica no Brasil. Além do avanço econômico, a segunda metade do século XIX brasileiro foi inaugurada com a Lei Eusébio de Queirós, em 1850, que como vimos, impedia definitivamente o tráfico de africanos escravizados para o Império. Com isso, ficava impossibilitada a reposição da mão-de-obra escrava no país, cuja mortalidade continuava sendo maior que a natalidade. O abolicionismo como movimento organizado só pôde ser observado nesse contexto de grandes mudanças.

A pressão internacional sobre o Brasil também teve grande peso para o florescimento do Movimento Abolicionista. Em 1865, terminada a Guerra Civil Americana com a vitória da União, o Império do Brasil tornava-se o único país independente no ocidente a permitir a escravidão em seu território. A pressão internacional acabou por somar-se e fortalecer a pressão popular e parlamentar favoráveis à abolição imediata. Quilombos e fugas em massa de escravos dos cafezais – principalmente paulistas – começaram a ser organizados, juntamente com sociedades beneficentes de emancipação e amparo aos cativos. A imprensa abolicionista começou a protagonizar profundos debates entre a sociedade brasileira, com jornais como o *Jornal do Comércio*, *A Onda*, *A Abolição*, *A Gazeta da Tarde*, etc. A abolição já se realizava a revelia dos governantes, por iniciativa de abolicionistas e dos próprios escravos (SCHWARCZ, 2015, p.437).

Na tentativa de conter a onda popular e arrefecer os ânimos emancipacionistas, subiu ao poder em 1871 o gabinete de José Maria da Silva Paranhos, o Visconde do Rio Branco. Grande “cacique” saquarema e estadista experimentado, o visconde supostamente teria a coragem e a flexibilidade que faltava a liberais e conservadores, e por isso foi escolhido por D. Pedro II como o homem capaz para dar uma resposta satisfatória à “questão servil”, ao menos momentaneamente. Em 28 de setembro de 1871 era promulgada a lei nº 2.040, conhecida historicamente como a “Lei do Ventre Livre”. Analisaremos a medida de forma mais profunda nos tópicos seguintes, pois, no presente tópico, nos interessa apenas assinalar o caráter da reforma conservadora de Rio Branco. A lei que alforriava ao nascer os filhos de mulheres escravizadas foi uma importante iniciativa para a abolição final e uma importante válvula de escape para as pressões populares e estrangeiras. Tal foi o sucesso da reforma que o visconde permaneceu no cargo por quatro anos, um recorde entre os presidentes do Conselho de Ministros.

Porém, a euforia inicial e a aparente satisfação do Movimento Abolicionista causados pela Lei do Ventre Livre não se mostraram eternas. Em 1879, em discurso proferido na Câmara dos Deputados, o baiano Jerônimo Sodré criticou profundamente a reforma de Rio Branco, apontando suas falhas e seu conservadorismo tacanho. O discurso, como rastilho de pólvora, “reiniciou” o movimento no país (BARROS, 1991, p.125), marcando toda a década de 1880 até a abolição final. A partir de então, duas correntes se formaram dentro da campanha: a corrente moderada, defendida por Joaquim Nabuco, que pregava uma menor participação popular e uma atuação majoritariamente parlamentar como solução para a questão, e a corrente radical, defendida pelo ex-escravo e advogado Luís Gama, que pregava uma ação pautada na participação popular ativa, defendendo inclusive a legitimidade da violência do escravo contra seu senhor.

Independente das divergências internas, o movimento ganhou as ruas definitivamente a partir da década de 1880. Nesse momento, surgem os “caifazes”, grupos liderados pelo abolicionista paulista Antônio Bento, que além da forte campanha panfletária, organizou sistematicamente grandes fugas de escravos. No início dessa década é fundada, no Rio de Janeiro, por Joaquim Nabuco e pelo engenheiro negro André Rebouças, a Sociedade Brasileira Contra a Escravidão, instituição abolicionista com forte papel no movimento popular e parlamentar. É também na década de 1880

que, como vimos, se iniciam os pronunciamentos militares favoráveis à abolição da escravidão no Brasil. Logo outros setores profissionais também se organizariam em prol do movimento, como os jangadeiros, que se negavam a transportar os cativos aos navios cargueiros, os tipógrafos, que se negavam a produzir panfletos pró-escravidão, e os ferroviários, que passaram a não mais transportar escravos. As províncias do Norte e do Nordeste, menos dependentes da mão-de-obra escrava, se anteciparam à abolição nacional, como o Ceará, que a promulgou ainda em 1884, cinco anos à frente do governo imperial.

3.1.5 O Movimento Republicano

Como vimos anteriormente, após a Guerra do Paraguai, a questão republicana entrou relativamente na pauta nacional, após décadas estando adormecida pelas experiências desastrosas do período regencial. Partindo das fileiras do Exército, o Movimento Republicano se dividiu em duas correntes, a reformista, eleitoral, e a revolucionária, popular. A partir daí, o movimento se imiscuiu em uma série de protestos e eventos que, se inicialmente não eram contra a monarquia, aderiram ao republicanismo em seus momentos mais exaltados. A Revolta do Vintém, ocorrida no Rio de Janeiro entre 1879 e 1880, é um exemplo da canalização de pautas populares pela militância republicana (BARROS, 1991, p.136). Iniciada como um protesto contrário a um acréscimo de vinte réis na passagem de bonde, logo se transformou em um movimento de grandes proporções, destruindo bondes e interditando ruas com barricadas, levando ao enfrentamento aberto entre militares e civis. Além disso, muitas das fileiras que militaram no Movimento Abolicionista, mais tarde abraçaram o republicanismo, tornando-se inclusive radicais, como os jacobinos de Floriano Peixoto e os jangadeiros do Ceará.

Apesar da presença do Movimento Republicano na Questão Militar, no Movimento Abolicionista e nas dissidências liberais, sua institucionalização ocorreu em 1870, com o lançamento do “Manifesto Republicano” no Rio de Janeiro. Em seguida surge o Partido Republicano Paulista, sigla fundada durante a Convenção de Itu, pouco depois da promulgação da Lei do Ventre Livre. O PRP reunia em suas fileiras uma maioria esmagadora de cafeicultores paulistas, pouco comprometidos com a abolição da escravidão, mas sim com uma reestruturação mais conveniente das instituições

nacionais, que lhes desse o protagonismo direto da política brasileira. Em contrapartida, outros agrupamentos republicanos no Rio de Janeiro, por exemplo, advogavam abertamente pelo fim do cativo, assim como pela democratização do voto, pela separação entre Estado e Igreja e pelo federalismo, tendo caráter muito mais urbano e heterogêneo (BARROS, 1991, p.135). O federalismo, aliás, era o único ponto de encontro entre as diversas correntes do republicanismo nacional, dividindo, inclusive, os liberais mais exaltados do partido dinástico, como Joaquim Nabuco e Rui Barbosa.

Vale ressaltar a contribuição da imprensa para o descrédito das instituições monárquicas, como visto no capítulo anterior. A *Revista Ilustrada*, fundada em 1876 por Ângelo Agostini, foi o principal periódico satírico da época, ilustrando de forma ácida as mazelas da política imperial e da vida na corte carioca – quando não criticando abertamente o imperador e seus ministros.

3.1.6 A Questão Religiosa

O catolicismo hierárquico, uma das bases do Estado imperial e do Tempo Saquarema, também entrou em crise a partir dos anos de 1870. As relações entre o beneplácito da Coroa e as bulas do Papa entraram em conflito no ano de 1872.

A ascensão do ultramontanismo na Europa expôs as contradições do Estado confessional. Essa corrente pregava a “pureza” das cerimônias católicas, a subordinação total do clero, o fortalecimento da hierarquia e a infalibilidade do Papa. Por outro lado, o Estado brasileiro, munido do padroado, tornava o clero um mero ramo do funcionalismo público (BARROS, 1991, p.130), sendo a única autoridade competente para aprovar e executar as bulas vindas de Roma. Além disso, as fileiras da Igreja e da maçonaria eram compartilhadas, sendo os membros de maior importância das lojas os mesmos homens que ocupavam os lugares privilegiados na Igreja – incluindo o Imperador.

Em 1872, é indicado para a Diocese de Olinda o frei Dom Vital Maria, de tradição antiliberal e antimaçônica. Ao iniciar seus trabalhos na diocese, Frei Vital entrevistou duramente nas irmandades religiosas da região, reconhecidamente ligadas à maçonaria. Quando uma delas, a Irmandade de Nossa Senhora da Soledade, recusou-se a expulsar de seu núcleo os membros maçons, o frei agiu, interditando-a. Como

agravante, em 1873, D. Antônio Macedo Costa, bispo do Pará, resolveu seguir os passos de Dom Vital, interditando as irmandades paraenses. Foi nesse momento que o Estado imperial entrou na questão, alegando ilegalidade nas ações dos prelados e intimando ambos, apelando inclusive para o Papa. Pio IX, ultramontano radical, deu voz ao frei e ao bispo brasileiro, incitando-os a não obedecer à autoridade civil nos assuntos espirituais. No início de 1874, D. Vital é preso. Em seguida, D. Macedo é detido no Pará e levado ao Rio de Janeiro para julgamento. Ambos receberam pena de quatro anos de prisão com trabalhos forçados, sendo geral a comoção em favor dos prelados, inclusive por parte de membros do Partido Liberal, então oposição ao governo que, na época, era liderado pelo Visconde do Rio Branco (1871-1875). Estava aberto um abismo sem precedentes entre o Estado brasileiro e a Igreja Católica.

Em 1875, com a ascensão do Gabinete Caxias e a viagem de D. Pedro II aos Estados Unidos, surge uma perspectiva para a anistia ou, pelo menos, a suavização da pena de Frei Vital e Dom Macedo. Antes de viajar, o Imperador, a contragosto, assinou o decreto de perdão imperial, libertando os religiosos.

3.2 A questão do “elemento servil” na “Fala do Trono” de 1867

Analisaremos as “Falas do Trono” mediante a organização de importância dos pilares saquaremas dada por Mattos, começando pela escravidão, em 1867, e terminando com a diplomacia, no mesmo ano.

Na “Fala do Trono” de 1867 é inserida a questão do “elemento servil”. Eufemismo para escravidão, foi a primeira vez desde 1850 que se tocava no assunto em um discurso da Coroa. O contexto do discurso se insere no cenário internacional da década de 1860.

Dois anos antes, como vimos, chegava ao fim a Guerra Civil Americana. A vitória da União e a abolição da escravidão naquele país deixava o Brasil isolado no ocidente. Juntamente com Cuba, ainda colônia da Espanha, o Império era o único lugar no hemisfério ocidental que ainda tolerava a prática da escravidão. Mas a motivação real para o “despertar” do Imperador referente à questão foi uma carta enviada ao monarca pela Junta Francesa de Emancipação, em 1866. Os abolicionistas franceses, enchendo de mesuras o monarca tropical, o colocaram contra a parede, clamando sua

intervenção em uma questão que isolava o Brasil do “mundo civilizado”. Constrangido, D. Pedro II declarou que a Guerra do Paraguai impedia maiores medidas quanto ao assunto, mas, assim que terminado o conflito, a reforma da legislação servil “não passava de uma questão de forma e oportunidade”. Dessa maneira, o monarca tomava para si o compromisso de dar um passo importante para colocar fim ao regime escravista vigente. Para isso, ele incumbiu logo o governo da ocasião, o Gabinete Zacarias.

Em seu terceiro e último gabinete, Zacarias de Góis e Vasconcelos enfrentou o maior conflito internacional da América do Sul, a Guerra do Paraguai. Como vimos anteriormente, o gabinete não resistiu até o fim da guerra, sendo substituído por um conservador. Antes de sua queda, porém, foi incumbido por D. Pedro II da tarefa de levar adiante a reforma da legislação escravista. Na verdade, os liberais já vinham apresentando propostas para pôr fim à escravidão desde 1864 (HOLANDA, 2004, p.245). Nesse ano, conforme se aproximava a vitória da União no conflito do norte, foi aprovada, pelo Decreto nº 3.310 de 24 de setembro, a emancipação de todos os africanos escravizados a serviço do Estado. Esse passo já mostrava as inclinações da Coroa. A partir de então, o Imperador premiava e prestigiava qualquer medida abolicionista vinda da sociedade civil. Em 1866, a carta dos abolicionistas franceses foi o pontapé necessário para que D. Pedro II assumisse uma postura abertamente emancipacionista, ainda que cautelosa.

A “Fala do Trono” de 1867, entre as várias laudas a respeito do conflito em curso no Paraguai, reservou um trecho para abordar a questão polêmica:

O elemento servil no Império não pode deixar de merecer oportunamente a vossa consideração, provendo-se de modo que, respeitada a propriedade atual, e sem abalo profundo em nossa primeira indústria - a agricultura -, sejam atendidos os altos interesses que se ligam à emancipação. (Fala do Trono, 1867, p.627)

É indispensável analisar a escolha de palavras do Imperador. O eufemismo, já aqui citado tantas vezes, “elemento servil”, denota a cautela do monarca. Não se fala em escravidão, muito menos em abolição. Liga-se o futuro do elemento servil à consideração dos legisladores, sem dizer de forma explícita o que de tal consideração deveria resultar. Mais ainda, é frisada a necessidade de se tomar medidas que respeitem a propriedade privada e que não abalem profundamente a agricultura. D. Pedro II tinha

clareza do público para o qual discursava. Os “altos interesses ligados à emancipação”, citados no discurso, estavam expressos na carta da Junta Francesa de Emancipação: o progresso, a moral e a civilização, conceitos tão em voga no século XIX e que o Império brasileiro tanto buscava (ALCÂNTARA, 2013, p.13).

Citando Carvalho (2007, p.322), “era a primeira clara indicação de divórcio entre o rei e os barões”. A partir de então, o posicionamento – e a condescendência – da Coroa seria combustível para o Movimento Abolicionista vindouro. Para a monarquia era necessário tirar, antes do negro, o país de sua situação degradante.

3.2.1 A Lei do Ventre Livre

Já analisamos aqui o jogo de “transformação e conservação” saquarema. Apropriava-se do discurso opositor, aparando suas arestas mais radicais. Transformava-se a realidade imediata, conservando-se a estrutura. Pode-se dizer que o maior exemplo desse jogo foi a lei de 28 de setembro de 1871, a “Lei do Ventre Livre”, resultado das tensões sociais das quais o discurso de 1867 fazia parte. Pode-se dizer também que foi a última jogada bem sucedida do Tempo Saquarema.

Em 1868, a tarefa passaria pelas mãos de dois saquaremas, até que fosse confiada então ao futuro Visconde do Rio Branco. Antes dele, o Gabinete Itaboraí (1868-1870), em uma tentativa conciliatória ante um legislativo hostil, aprovou um apêndice do projeto emancipacionista, proibindo a venda de escravos em leilão. Seu sucessor, o Visconde de São Vicente, em seu breve mandato, pressionou a passagem de um projeto que facilitasse a obtenção de cartas de alforria e que dificultasse a separação de cônjuges escravizados. A ideia, porém, foi barrada no Senado.

Paliativos a parte, a reforma da legislação escravista ficou mesmo a cargo de Rio Branco. Homem com ampla vivência parlamentar e diplomática, o visconde sabia que o conflito paraguaio, somado a outros fatores, selava o destino da escravidão e, conseqüentemente, do Império. Era preciso, na visão dele, salvar a ordem vigente, pegando para si a bandeira da oposição, a reforma. Em 7 de março de 1871 era formado novo ministério, que iria enfrentar a pressão tanto de cima – da Coroa –, quanto de baixo – do crescente Movimento Abolicionista –, e até mesmo de dentro – a oposição do próprio partido. A reforma, levada a cabo em seis meses de discussão, foi sustentada

pela aliança dos liberais com a dissidência conservadora (HOLANDA, 2004, p.247). Sua base era extremamente contraditória. Velhos saquaremas, como Cotegipe e Diogo Velho, então conhecidos escravagistas, se inclinaram para a reforma promovida pelo gabinete, enquanto luzias ilustres, como o próprio Zacarias, foram ferrenhos opositores do projeto, atacando ponto a ponto de sua formulação.

A oposição não atacava apenas o chefe de governo, mas também o chefe de Estado. Em sessão de 9 de maio de 1871, o deputado conservador – e famoso romancista – José de Alencar bradava:

Declarar a esta Câmara que é tempo de resolver a questão [servil] equivale a dizer: se resistis, a dissolução; se condescendeis, a perda de força moral. Em ambos os casos, o suicídio, mas ao menos o da resistência é glorioso. (Câmara dos Deputados, 1871),

Ferrenho defensor da escravidão no Brasil, Alencar chegou a endereçar uma série de cartas ao Imperador (PARRON, 2008), onde enumerava as inconveniências de se acabar com aquele regime no país. Além dos argumentos de ordem econômica, a ideia de raça era muito presente em todo o documento, como em uma passagem em que questionava o monarca, dizendo que “a raça africana tem apenas três séculos e meio de cativo. Qual foi a raça europeia que fez nesse prazo curto a sua educação?”. Além disso, o autor alertava para o que chamava de “suicídio político” por parte da Coroa.

No entanto, em 29 de agosto daquele ano, o projeto era remetido ao Senado, sendo aprovado na casa vitalícia por 32 votos contra 4. Enviada à sanção da Princesa Isabel, regente em nome de D. Pedro II, então em viagem à Europa, o projeto tornou-se a Lei nº 2.040 de 28 de setembro de 1871. Terminava no Brasil, assim, o *partus sequitur ventrem* (HOLANDA, 2005, p.170).

Podia agora D. Pedro II apresentar-se ao “mundo civilizado” como o monarca de um país cujos passos rumo à abolição total da escravidão eram promissores. Em 30 de setembro daquele ano, no discurso de encerramento do parlamento, a Princesa Isabel exulta:

Esta última reforma marcará uma nova era no progresso moral e material do Brasil. Tenho fé de que seremos bem sucedidos, [...] porque esse cometimento é a expressão da vontade nacional, inspirada pelos mais elevados preceitos da religião e da política. (Fala do Trono, 1871, p.677).

Porém, a situação interna, passada a euforia da aprovação da lei, iria lentamente se deteriorar. A reforma conservadora levada a cabo por Rio Branco desagradou gregos e troianos. Liberais, apoiadores da reforma, exacerbaram ainda mais suas posições a partir de então, criticando o reacionarismo da legislação, que além de prever ampla indenização aos senhores, mantinha os recém-nascidos sob suas tutelas, permitindo a exploração de seu trabalho até os 21 anos de idade. Os velhos conservadores, portadores de um reacionarismo obtuso, se dividiam e se digladiavam entre si. O próprio bipartidarismo foi quebrado, como vimos, dois anos após a promulgação da lei, sendo fundada uma sigla republicana em 1873. A urbanização, lenta, porém crescente, tirava da esfera saquarema consideráveis parcelas da população, enquanto a nova leva de intelectuais criticava intensamente o regime na imprensa e na literatura, propugnando sua reforma profunda ou sua completa extinção. O cenário internacional também era desfavorável, com a abolição completa da escravidão no Paraguai após a guerra e a já citada vitória da União na guerra civil estadunidense. Além disso, era fundada, em 1871, a Terceira República Francesa, com a queda de Napoleão III, último monarca reinante em solo francês.

Os tempos dos gabinetes de conciliação haviam passado. Ao discursar sobre a necessidade de se reformar a legislação escravista, D. Pedro II abalou um dos pilares do Tempo Saquarema e, conseqüentemente, um dos pilares do próprio regime. A Lei do Ventre Livre, na tentativa de salvar a ordem vigente, acabou por desestabilizar de uma vez por todas a hegemonia saquarema. No jogo de “transformação e conservação”, ela seria a última grande cartada dos conservadores, já em um contexto de profundas mudanças que prenunciavam o fim.

3.3 A revisão da Lei de Terras no discurso de 1886

O latifúndio foi um tabu durante todo o Tempo Saquarema. Após a Lei de Terras de 1850, o tema foi silenciado por duas décadas, até que novas medidas abolicionistas – a Lei do Ventre Livre – colocassem o assunto de volta nos debates parlamentares. A relação estava no fato de que, com o fim da escravidão e a chegada de imigrantes, a posse da terra seria questionada por esses novos atores sociais. Além disso, a partir de 1871, críticas contundentes começaram a questionar a lei, apontando sua ineficácia em organizar o confuso sistema fundiário brasileiro.

Foi em 1878, porém, que se iniciou um verdadeiro debate em torno da ideia de se reformar a lei de 1850. O ano marcou a ascensão do Partido Liberal ao poder, após 10 anos de ostracismo, período que vamos analisar mais profundamente nos próximos tópicos. O fato é que, com a ascensão do Visconde de Sinimbu à chefia do Conselho de Ministros (1878-1880), o debate voltou ao protagonismo no parlamento. No mesmo ano, Sinimbu criticava o “[...] estado indiviso do domínio público e do particular, e a falta do registro de terras possuídas” (RODRIGUES, 2017, p.5). O Presidente do Conselho advogava uma reforma urgente para barrar o avanço ilegal dos latifundiários sobre as terras devolutas pela lei de 1850. Além disso, Sinimbu acreditava na necessidade de se estimular a pequena propriedade no Império, facilitando a aquisição de terras por pequenos posseiros, imigrantes e colonos, que pagariam foro ao Estado ou comprariam as terras a prazo por preços reduzidos. Críticas ao elevado preço da terra no Império já eram feitas desde o Gabinete São Vicente (1870-1871), visto como uma barreira para a fixação da população nas províncias mais afastadas. O marquês também propunha conceder terras por aforamento para homens livres pobres.

3.3.1 O “Projeto Dantas” de 1884

Para além das críticas, o primeiro projeto apresentado com uma proposta contundente que envolvia reformas na legislação fundiária veio em 1884, pelo Gabinete Souza Dantas (1884-1885). O senador baiano Manuel Pinto de Souza Dantas serviu como o 32º Presidente do Conselho de Ministros do Império, cujo gabinete foi formado em 6 de junho de 1884. Antigo membro dos gabinetes Zacarias, em 1866, e Saraiva, em 1880, Souza Dantas era um ilustre político liberal e um dos líderes do partido em finais do século XIX. Subiu ao posto mais alto da administração pública premido pela necessidade de amplas reformas políticas e sociais que dessem continuidade, de forma mais incisiva, às reformas iniciadas na década de 1870.

Seu plano de governo era o “Projeto 48 A”, conhecido como “Projeto Dantas”. Incumbido pelo Imperador e por seu partido a atender ao mais latente clamor popular de seu tempo, Dantas deu início a negociações ousadas para levar a cabo um projeto que não previa somente a abolição da escravidão, mas também o acesso a terra pelos libertos. A primeira fase do projeto era baseada em três pontos: a idade do escravo, seu registro e sua fixação em domicílio. Todos os escravos com 60 anos de idade estavam

automaticamente libertos. Os outros tinham um prazo de um ano para serem registrados e identificados com minúcias. A ideia era que, ao identificar idade e filiação, muitos cativos seriam automaticamente libertados graças à vigência das leis do Ventre Livre, de 1871, e Eusébio de Queiróz, de 1850. A fixação em domicílio impediria que províncias do Norte vendessem escravos para o Sudeste. Por fim, o projeto fixava uma data para a abolição definitiva: 31 de dezembro de 1889, não prevendo qualquer tipo de indenização para os antigos proprietários.

A segunda fase do projeto, muito mais inovadora, previa plena assistência aos libertos a partir da aprovação da lei, mediante a criação de colônias agrícolas e determinando regras graduais para a transferência dessas terras, arrendadas pelo Estado, para o ex-escravo que as cultivasse, tornando-o proprietário, em uma espécie de reforma agrária. Previa ainda a pronta utilização do Fundo Emancipacionista criado pelo Gabinete Rio Branco em 1871. Tal projeto, apesar do grande impulso que representou para o Movimento Abolicionista e até mesmo para a questão reformista da legislação fundiária, provocou a ira da oposição, que através de uma moção de desconfiança, destituiu Souza Dantas do cargo. A questão, nas mãos do líder conservador Barão de Cotegipe (1885-1888), sofreu uma série de emendas, sendo aprovada em 1885 como a Lei dos Sexagenários, que apenas libertava os escravos com mais de 60 anos, prevendo indenização para seus proprietários.

3.3.2 A “Fala do Trono” de 1886: O fim do silêncio

Após uma década desde o retorno do debate ao parlamento, a questão da reforma da legislação fundiária chegava ao discurso da Coroa. Em 3 de maio de 1886, D. Pedro II discursou sobre a então última reforma do elemento servil, atrelando a ela a questão imigratória e fundiária:

A lei de 28 de Setembro de 1885 vai sendo fiel e lealmente executada. Com ela prende-se a questão da introdução de imigrantes, aos quais dever-se-ão proporcionar meios de empregarem-se como pequenos proprietários do solo, ou como trabalhadores agrícolas. Para este fim, é indispensável a revisão do decreto de 15 de Março de 1879 sobre locação de serviços, e da lei de terras de 18 de Setembro de 1850. (Fala do Trono, 1886, p.836).

O silêncio havia sido quebrado. Era a primeira vez em décadas que a mais alta esfera de poder no Império do Brasil falava sobre a lei de 1850, tocando diretamente em um dos pilares do Tempo Saquarema. Devemos notar a costumeira cautela do Imperador em seu discurso. O monarca não fala em reformas, mas em uma “revisão” da lei. A palavra seria mais branda, principalmente em um momento em que a tão falada “reforma do elemento servil” se aproximava de maneira irreversível. Mas rever a legislação fundiária seria rever, mesmo que de maneira mínima, a questão da posse da terra no Império.

Como aponta José Murilo de Carvalho (apud RODRIGUES, 2017, p.8), a Lei de Terras de 1850 não teria regularizado a estrutura fundiária nacional, mas sim desconsiderado costumes que eram tradicionalmente considerados legítimos quanto à posse da terra, ao mesmo tempo em que legitimava a posição dos latifundiários beneficiados por ela. Dessa forma, a lei consolidava o latifúndio existente, sem riscos de alteração em sua estrutura colonial. Ao citar a questão, mesmo que de maneira tímida, o Imperador abria brechas para as críticas que se acumulavam, bem como para os projetos reformistas, que quando não previam uma reforma agrária completa, advogavam ao menos pelo acesso da terra ao liberto.

Outras propostas seriam apresentadas após a fala de 1886. Um projeto do conservador Antônio Prado, apresentado neste mesmo ano, visava a introdução de um imposto territorial para grandes propriedades (CARVALHO, 2008, p.345). Um segundo projeto de Souza Dantas surgiria em 1887, o “Projeto B”, que, assim como seu antecessor, previa a criação de colônias estatais para os libertos, porém agora, prevendo também sua educação básica. Premidos mais uma vez pela questão servil, os conservadores adotaram o projeto de Dantas, porém, novamente de forma mutilada. Em 13 de maio de 1888 era aprovada a Lei Áurea, que, de forma extremamente curta, declarava extinta a escravidão no Brasil e revogava as disposições em contrário. Em 1889, o Gabinete Ouro Preto, último da monarquia, apresentou um amplo projeto de reformas à Câmara dos Deputados, que, entre muitas outras propostas, previa uma nova lei de terras que ampliasse seu acesso aos pobres, libertos e imigrantes, o que na prática configurava uma reforma agrária completa.

Mesmo sem efeitos práticos, a fala de 1886, assim como a de 1867, referente à escravidão, oficializava uma demanda externa ao Tempo Saquarema, oficializando também sua eminente superação.

3.4 A necessidade da reforma eleitoral no discurso de 1878

Como vimos no primeiro capítulo, a Constituição de 1824 estabeleceu duras restrições ao direito de voto. Porém, mais que o caráter censitário do pleito, o que mais gerava críticas era seu caráter indireto.

Como indica Michele de Leão (2013, p.3), a partir da década de 1860 o sistema eleitoral do Império começou a sofrer duras críticas devido à falseabilidade do voto e à violência que grassava nos períodos eleitorais. Porém, como vimos no discurso do político Francisco Belisário Soares de Sousa (1872), mais do que sua ineficácia, o que incomodava as elites no sistema eleitoral brasileiro era seu caráter aparentemente “democrático”. Lembremos que até 1881 votavam em torno de 13% da população brasileira (CARVALHO, 2018, p.45), número considerável para a época. A eleição em dois turnos permitia que uma massa não desprezível da população participasse do processo político nacional, ainda que de maneira tortuosa. A pressão por uma reforma profunda do sistema caiu sobre D. Pedro II, que passou a missão para o Partido Liberal.

3.4.1 Tempo Luzia (1878-1885)

O ano de 1878 inaugurou uma nova fase para o Partido Liberal. Na oposição desde o “estelionato político” de 1868, os liberais se viram agora alçados ao poder com uma missão ímpar: introduzir a eleição direta no Brasil. O partido tinha especial interesse no tema. Primeiramente, porque a Lei do Ventre Livre os havia tirado a primazia do reformismo no Império. Seria necessária uma grande reforma para devolver ao Partido Liberal a razão de ser de seu programa. Em segundo, a reforma eleitoral agradava a dois setores do país, a elite liberal e o eleitorado urbano. Essa elite via no voto indireto um fator vantajoso aos conservadores. Sendo o campo sua zona de influência primordial, os saquaremas mantinham uma vasta clientela sob seus latifúndios, usando-a nos períodos eleitorais como votantes de primeiro grau. Não que os liberais não se utilizassem das inúmeras artimanhas do período para chegarem ao poder, mas com o passar do tempo esse sistema clientelista começou a se tornar

desinteressante. Além disso, como vimos, essa clientela começou atrelar um valor ao seu voto, aproveitando os períodos eleitorais para ganhar roupas, alimentos ou um dinheiro fácil, encarecendo o processo (LEÃO, 2013, p.3). O eleitorado urbano, por sua vez, ganhava certa proeminência conforme avançava o ciclo do café a partir de 1870. Essa classe média começava a clamar por maior participação política e, embora ainda predominasse o eleitorado rural, as camadas urbanas começaram a ser olhadas com mais atenção pelos liberais. Os liberais eram conscientes de seu interesse no caso. Alguns políticos, ao discursarem sobre a reforma, não cogitavam alargar o direito de voto, mas restringi-lo. Chegavam à conclusão de que no Brasil havia, de fato, sufrágio universal (TORRES, 1964, p.310).

Não somente esses dois grupos advogavam pela reforma eleitoral. Alguns saquaremas dissidentes também o faziam, juntamente com o Imperador.

3.4.2 A “Fala do Trono” de 1878: Urgência!

A sessão de 15 de dezembro de 1878 marcou a retomada do tema, desde a fracassada Lei do Terço de 1875. D. Pedro II definiu a reforma como um assunto de urgência:

Reconhecida a necessidade de substituir o sistema eleitoral vigente pelo de eleição direta, cumpre que, mediante reforma constitucional, a decreteis, afim de que o concurso de cidadãos devidamente habilitados a exercer tão importante direito, contribua eficazmente para a realidade do sistema representativo. Sendo este assunto da maior importância, muito o recomendo ao vosso exame esclarecido. (Fala do Trono, 1878, p. 764-765)

O Imperador deixou claro o reconhecimento da necessidade de se reformar o sistema eleitoral vigente na época, reconhecimento esse que partia, primeiramente, dele próprio. A forma como o monarca via a reforma, como um “assunto da maior importância”, fica clara em sua recomendação por uma reforma constitucional. D. Pedro II, apesar de progressista em vários aspectos, era extremamente conservador no que tangia ao sistema político, reflexo de sua tutela saquarema nos anos da Regência. Ao propor que se reforme a constituição, ele se mostrava, inclusive, como o grande entusiasta que era da reforma eleitoral.

Os “cidadãos devidamente habilitados” a que o discurso se refere eram os letrados. Como destacado anteriormente, o monarca deixou clara sua visão a respeito do

tema na carta enviada à sua filha, a Princesa Isabel, durante sua primeira regência, em 1876, onde declara que “sem educação generalizada nunca haverá boas eleições; portanto, é preciso atender, o mais possível, a essa importantíssima consideração” (PEDRO II, 2011, p.813). A opinião não era exclusiva do Imperador, sendo generalizada entre boa parte da elite política da época, principalmente entre os liberais. A ideia de que os analfabetos deveriam ser excluídos do sistema eleitoral era uma máxima do filósofo liberal inglês John Stuart Mill. De acordo com Alceu Ravello Ferraro (2013, p.183), o teórico liberal foi citado constantemente durante as sessões que discutiram a reforma, porém, ainda segundo o autor, seus critérios de exclusão foram radicalizados pelos liberais brasileiros. Segundo Ferraro:

Radicalizaram o critério econômico de Stuart Mill, endurecendo os mecanismos de comprovação da renda mínima (censo) para votar; b) incorporaram na nova Lei o critério mínimo de exclusão dos analfabetos do direito de voto, num país com mais de 80% de analfabetos, carente de escolas e sem obrigatoriedade escolar ainda; e c) ignoraram a proposta do autor inglês de extensão do direito de voto às mulheres. (FERRARO, 2013, p.198)

A mais gritante dessas radicalizações foi a exclusão dos analfabetos ao direito de voto. Mill pregava o mesmo processo, mas em uma Inglaterra plenamente industrializada, onde a educação pública expandia-se largamente, sendo vista como essencial para a formação do eleitorado e da mão-de-obra do país. No Brasil, essa máxima foi mutilada, ignorando-se o artigo 179 da constituição que fazia da instrução pública obrigação do Estado. Segundo Carvalho (2018, p.45), “com a lei de 1881, o Brasil caminhou para trás, perdendo a vantagem que adquirira com a Constituição de 1824”.

3.4.3 A Lei Saraiva e seu impacto no Tempo Saquarema

Após breve passagem pelas mãos do Visconde de Sinimbu (1878-1880), o projeto é entregue ao Conselheiro José Antônio Saraiva. Deputado desde 1853, senador a partir de 1867 e presidente de várias províncias ao longo do Segundo Reinado, o ilustre Conselheiro Saraiva era uma das estrelas do partido. Sob seu gabinete, a reforma eleitoral seria aprovada em poucos meses.

Longe dos debates parlamentares, que pregavam a pureza do pleito nacional, o panorama que mudou após a reforma, na verdade, não foi o das fraudes e do

clientelismo, que iria se reinventar e se intensificar, pelo menos até as reformas de 1930. O panorama que mudou era o da participação popular, eliminada pela exclusão dos analfabetos, maioria da população. Longe de apurar os crimes contra o pleito e garantir a segurança do eleitor, a reforma extinguiu o voto indireto, e com ele, os votantes. Para seus defensores, a ideia era de que o verdadeiro problema do sistema eleitoral do Império era a presença desses votantes, que, na opinião deles, se deixavam corromper e corrompiam o sistema. Citando Carvalho, ao deturparem as ideias de John Stuart Mill, o Partido Liberal se equivocava profundamente:

O primeiro [equivoco] era achar que a população saída da dominação colonial portuguesa pudesse, de uma hora para outra, comportar-se como cidadãos atenienses, ou como cidadãos das pequenas comunidades norte-americanas. [...] O segundo equivoco já fora apontado por alguns opositores da reforma da eleição direta, como Joaquim Nabuco e Saldanha Marinho. Quem era menos preparado para a democracia, o povo ou o governo e as elites? Quem forçava os eleitores, quem comprava votos, quem fazia atas falsas, quem não admitia derrota nas umas? [...] O terceiro equivoco era desconhecer que as práticas eleitorais em países considerados modelos, como a Inglaterra, eram tão corruptas como no Brasil. [...] O quarto e último equivoco era achar que o aprendizado do exercício dos direitos políticos pudesse ser feito por outra maneira que não sua prática continuada e um esforço por parte do governo de difundir a educação primária. (CARVALHO, 2018, p. 48-50)

Poucas foram as vozes que fizeram oposição à Lei Saraiva. Dentre elas, José Bonifácio, O Moço, deixou claro o panorama que surgia após a reforma: uma “oração política sem sujeito”, um sistema representativo sem representados (CARVALHO, 2018, p.44).

Analisar o impacto da Lei Saraiva nos pilares do Tempo Saquarema é uma tarefa complexa. A reforma excluiu aproximadamente 90% do eleitorado de então, além de eliminar as clientelas que os políticos tinham de manter para o período eleitoral, principalmente nas zonas rurais, domínio saquarema. Porém, a Lei Saraiva foi além. Apesar das vozes dissonantes, a reforma foi vista como uma revolução por seus contemporâneos. Além de instituir o voto direto pela primeira vez na história do país, a lei estendeu seu direito aos acatólicos, naturalizados, libertos e ingênuos. Restabeleceu também o voto distrital, que favorecia os liberais e fortalecia seu eleitorado urbano. Segundo Torres (1964, p.272), Saraiva entendia que não se tratava de uma reforma de cunho democrático. Não aspirava à introdução do sufrágio universal, mas sim de uma câmara mais independente, ou seja, livre, o máximo possível, da ação do governo. Além

disso, dispensou da prova de renda um grande número de setores urbanos, como oficiais militares, advogados, médicos, farmacêuticos, professores, clérigos, etc.

Dessa forma, a Lei Saraiva não deve ser vista como impactante ao Tempo Saquarema no sentido de ser democrática. Apesar de instituir o voto direto, permitir a participação política de acatólicos e libertos, e isentar de renda amplos setores urbanos, a Lei Saraiva impactou os pilares saquaremas no sentido de que fortaleceu o Partido Liberal e sua base eleitoral, se chocando frontalmente com o predomínio conservador. O fato de D. Pedro II dar carta branca aos liberais após 10 anos de ostracismo e mantê-los no poder até 1885, mostra a crescente defasagem de seus adversários. O Imperador voltaria a fazê-lo em 1889.

3.5 A abertura do rio Amazonas à navegação internacional no discurso de 1867

Como exposto no capítulo inicial, o Império sob o Tempo Saquarema teve como diretrizes diplomáticas o intervencionismo regional e o antiamericanismo em relação aos Estados Unidos da América. É difícil analisar o primeiro tema sob o prisma da “Fala do Trono”, pois não há um discurso claro de ruptura com a política intervencionista na região após a Guerra do Paraguai. Em tese, o Império ainda exerceria influência sobre a América do Sul, e até mesmo a República iria seguir essa prática, incentivando a derrubada de um presidente paraguaio ainda em 1894. Porém, como destaca Santos (2012, p.37), após o conflito no Paraguai, “em vista do próprio enfraquecimento e da crescente crise interna”, o ímpeto intervencionista do Império vai se arrefecendo.

Por outro lado, a diretriz antiamericana pode ser encontrada largamente nos discursos da Coroa, tendo como desfecho a fala de 1867. Além do tema do elemento servil, esse discurso tratou do resultado da questão da livre navegação do rio Amazonas. Pressionado desde fins da década de 1820, o Império se viu em um dilema moral a partir da década de 1850. Nesse ano, o governo estadunidense começou uma série de investidas sobre o governo brasileiro, com vistas a acelerar a considerada inevitável abertura da bacia do rio Amazonas e seus afluentes à navegação internacional. A ideia era oferecer um novo canal de escoamento para a produção estadunidense e, se possível, para seu sistema escravocrata. A ideia de estabelecer na região amazônica uma colônia escravista para a exportação de algodão, controlada pelos Estados Unidos, foi proposta à

Legação Brasileira em Washington pelo então candidato à presidência James Gadsden, em 1852. Foi o início de uma série de negativas do governo brasileiro aos interesses estadunidenses.

Mas o dilema moral da diplomacia saquarema não era a expansão da escravidão, mas sim sua posição na região do rio da Prata. Segundo Paulo Roberto Palm (2009, p.26), o Império lutava para manter aberta a navegação da região, contra os ímpetos expansionistas dos países platinos. Negar a navegação do Amazonas às potências estrangeiras seria uma incoerência. A questão foi analisada na Seção dos Negócios Estrangeiros do Conselho de Estado, em 1865. A conclusão foi a de que o governo estava nadando contra a maré e que tal protecionismo e contradição levariam a desaprovação internacional, um golpe certeiro na diplomacia de prestígio praticada pelos conservadores e apoiada pelo Imperador.

Na mesma época, o Império tomou medidas paliativas para atrasar o avanço estrangeiro na região, elevando à categoria de província a comarca do Rio Negro, com o nome de Amazonas. No parlamento, porém, a ideia tornava-se unânime (PALM, 2009, p.68). O Brasil deveria seguir os ventos liberais dos novos tempos e abrir seu vasto território para o intercâmbio internacional. Se não o fizesse, correria o risco de passar pela experiência japonesa de 1854, com uma canhoneira estrangeira à porta. Além disso, já em 1866, ano da abertura, os conselheiros de D. Pedro II lembravam que “a república americana não estava mais entregue aos proprietários de escravos” (PALM, 2009, p.54), cujo ímpeto expansionista assustava os proprietários brasileiros.

3.5.1 A “Fala do Trono” de 1867: Americanismo forçado

O discurso de 1867, histórico em vários aspectos, trata da resolução da questão. O Imperador exulta o término da contenda de maneira otimista, mas também tímida:

Folgo de anunciar-vos que, por decreto n. 3749 de 7 de Dezembro do ano passado, franquia-se de 7 de Setembro próximo em diante aos navios mercantes de todas as nações a navegação do Amazonas, de alguns dos seus afluentes e dos rios Tocantins e S. Francisco. Esta medida, que correspondeu à expectação de nacionais e estrangeiros, promete ao Império os mais importantes benefícios. (Fala do Trono, 1867, p.627)

O monarca se declara feliz, até mesmo aliviado, em anunciar aos parlamentares a resolução diplomática que permitiu a abertura do rio Amazonas. Estava salva a diplomacia de prestígio de D. Pedro II. Porém, é interessante ressaltar a “expectação de nacionais e estrangeiros”. Essa expectativa era majoritariamente estrangeira, senão majoritariamente estadunidense. A abertura do rio à navegação internacional marcou o fim de uma série de investidas da república do norte, afim de adentrar o exótico território da monarquia do sul, investidas essas que remontam aos tempos da Independência. Contudo, a abertura do rio Amazonas marcava também o fim da diretriz antiamericana da diplomacia saquarema. A partir de então, entre avanços e retrocessos, a relação entre Brasil e Estados Unidos se tornou cada vez mais próxima, principalmente após o avanço do mercado consumidor estadunidense sobre o café brasileiro. Os “valores americanos”, republicanos, laicos, capitalistas, se aproximavam irremediavelmente do Tempo Saquarema, mesmo contra a vontade de seus arquitetos.

Conclusões

A “Fala do Trono” é um documento precioso. Sua leitura nos leva para dentro da cultura parlamentar e palaciana da corte carioca, expondo as contradições e os desejos de uma monarquia que queria ver-se europeia. Os atores que atuam no discurso da Coroa – o Imperador e a Família Imperial, o Presidente do Conselho e o gabinete, a Câmara e o Senado, os eleitores, os rebelados, os estrangeiros, os militares, a Igreja, a lavoura e os escravos – nos permitem um mergulho dentro da sociedade brasileira oitocentista, seu modo de pensar, costumes e anseios. Ainda que um documento cerimonial, que apresenta um país do ponto de vista do “andar de cima”, é sem dúvida uma fonte quase inesgotável para se entender o Brasil Imperial.

Essa fonte se expande ao passo que interpretamos o texto. A “Fala do Trono” exige de nós conhecimentos básicos sobre o período em que ela se insere e os atores que com ela interagem, permitindo, assim, o decifrar de suas linhas, de seus eufemismos, do que é real e do que é expectativa. É a partir dessa análise que podemos compreender, através do discurso da Coroa – em especial o de D. Pedro II –, a ascensão e a queda do Tempo Saquarema. Como uma ideia de Brasil, até certo ponto bem sucedida, a ordem forjada pelos conservadores brasileiros moldou não apenas uma direção política, mas um país em si. Apesar de ter se passado entre 1850 e 1870, as bases do Tempo Saquarema vinham amadurecendo desde a Independência. A permanência da escravidão, do latifúndio e das hierarquias após 1822 foi a pedra fundamental desse edifício. A Lei Interpretativa do Ato Adicional, de 1840, foi o alicerce. A “Conciliação” dos anos 1850, o acabamento. Ao contrário da Era Vitoriana, que forjou o inglês do século XIX, o Tempo Saquarema forjou o brasileiro de todos os tempos.

Mas assim como podemos ver na “Fala do Trono” a edificação dessa ideia de Brasil, podemos ver também seu declínio e sua queda. O final da década de 1860 é o período-chave para entendermos as causas da crise que acometeu o Império nos anos iniciais da *Belle Époque*. O surgimento de uma nova ordem mundial, antiescravista e capitalista, os novos atores sociais e as novas ideias desestabilizaram as bases do Tempo Saquarema, de maneira que não havia reforma que o pudesse salvar. Os discursos mostram que, apesar da cautela, os homens daquele final de século já sabiam que as estruturas do Império não mais sobreviveriam. Era necessário reformar essa estrutura nacional, em todas as suas esferas. O primeiro desafio, o mais difícil, era acabar com a

escravidão. O regime era a base que sustentava a monarquia, e acabar com ele seria como acabar com a própria elite que a sustentava. O latifúndio, ainda que muito menos importunado, começava a ser questionado. Por fim, eleição e diplomacia mostravam dois lados de uma mesma moeda: a necessidade de se preservar hierarquias, nacional e internacionalmente. As reformas dos anos 1870 e 1880, conservadoras e liberais, mais do que uma tentativa de forjar uma nova ordem, tinham a intenção de preservar ao máximo a ordem vigente.

É necessário entender que aquele Brasil, mesmo que mantida a monarquia após 1889, não sobreviveria. O Tempo Saquarema foi o Império enquanto este existiu, mas provavelmente não seria o Império dos anos posteriores. Justiça seja feita, alternativas não faltavam para o Império do Brasil naquele final de século. Ouro Preto, Souza Dantas, Nabuco, o Partido Liberal como um todo, tomaram a dianteira em meio à crise deixada pelos saquaremas – e luzias de outros tempos –, com ideias que beiravam a federalização e a reforma agrária plenas. Extensão do sufrágio, laicização do Estado, desenvolvimento da instrução pública e industrialização também estavam no horizonte dos liberais. Se não fosse a ruptura inesperada de 1889, podemos pensar em hipóteses que nos levam a acreditar que possivelmente um “Tempo Luzia” iria emergir dos escombros deixados por seus rivais. Porém, o Brasil dos saquaremas chegava ao fim. O Império estava fadado à extinção. Ao menos aquele Império forjado sob a égide do Partido Conservador. Se a república não viesse, outro império viria.

FONTES DOCUMENTAIS

ALENCAR, José de; PARRON, Tâmis. **Cartas a favor da escravidão**. São Paulo: Hedra, 2008.

CALMON, Pedro. Prefácio. In: SECRETARIA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Falas do Trono: desde o ano de 1823 até o ano de 1889**. São Paulo, 1977.

MELO, Américo Brasiliense de Almeida. **Os Programas dos Partidos**. São Paulo: Typ. de Jorge Seckler, 1878.

NABUCO, Joaquim. **O Abolicionismo**. Rio de Janeiro, 1883.

PEDRO II. **Conselhos à Regente**. Rio de Janeiro, 1876.

SOUZA, Francisco Belisário Soares de. **O Sistema Eleitoral no Império**. Editora Universidade de Brasília. Brasília, 1979.

VASCONCELOS, Zacarias de Góis e. **Da Natureza e Limites do Poder Moderador**.. Rio de Janeiro: Typ. Universal de Laemmert , 1862.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, Mauro Henrique Miranda de. As Falas do Trono entre o ritual e o discurso: analisando a Lei do Ventre Livre pelo discurso de D. Pedro II (1867-1872). In: **Revista Outras Fronteiras**, Vol. I. Cuiabá – MT, 2014. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364603486_ARQUIVO_falas_mauro.pdf.

Acesso em 05/04/2019.

BARROS, Edgar Luiz. Epílogo: A República. In: MENDES JUNIOR, Antonio . **Brasil História – Texto e Consulta - Vol. 3: República Velha**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Lisboa: Bertrand Brasil, 1989.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem e Teatro de Sombras**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. **A Monarquia Brasileira**. . Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1993.

_____. **Cidadania no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

_____. **D. Pedro II**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

COSTA, Emília Viotti. **Da Monarquia à República**. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

FERRARO, Alceu Ravello. Educação, classe, gênero e voto no Brasil imperial: Lei Saraiva – 1881. In **Educar em Revista**. Editora UFPR. Curitiba, 2013.

HERRERA, Hector. **La política exterior de Maximiliano de Habsburgo durante el Segundo Imperio Mexicano**. Ciudad de México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2007.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História Geral da Civilização Brasileira – Tomo II: O Brasil Monárquico – Vol. 5**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. **História Geral da Civilização Brasileira – Tomo II: O Brasil Monárquico – Vol. 7**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

LEÃO, Michele de. **A Lei Saraiva (1881) – Introdução do voto direto no Brasil e exclusão dos analfabetos do direito de voto: progresso ou retrocesso?** Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2013.

MAIA, João Ehlert. In ALONSO, Ângela. Ideias em movimento: A geração de 1870 na crise do Brasil Império. In: **Tempo Social** Vol. 6. São Paulo, 2004.

MARQUESE, Rafael de Bivar. **O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial de café no século XIX.** In **O Brasil Imperial – Vol. II – 1831-1889.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **Tempo Saquarema.** São Paulo: Editora Hucitec, 1987.

NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. **O Império e as primeiras tentativas de organização da educação nacional (1822-1889).** In: Navegando na História da Educação Brasileira (HISTEDBR). Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/periodo_imperial_intro.html.

Acesso em 10/04/2019.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso.** Campinas-SP: Pontes, 2005.

PALM, Paulo Roberto. **A Abertura do Rio Amazonas à Navegação Internacional e o Parlamento Brasileiro.** Brasília-DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

PARRON, Tâmis Peixoto. **A Política da Escravidão na Era da Liberdade (1787-1846).** Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015.

PEREIRA, Gabriel Terra. **A diplomacia da americanização de Salvador de Mendonça (1889-1898).** Editora UNESP. São Paulo – SP, 2009.

PETROPOULOS, Ioannis. **Brasil, Portugal e a “conexão grega” no século XIX** (Artigo). Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/conexao-grega/> Publicado em: 10 dez. 2018.

Acesso em: 10/04/2019.

RODRIGUES, Pedro Parga. **A aplicação da Lei de Terras de 1850, alguns de seus críticos e as propostas de reforma entre 1877-1886.** XXIX Simpósio de História Nacional. Brasília – DF, 2017.

SANTOS, Luís Cláudio Villafañe Gomes. **O Evangelho do Barão..** São Paulo: Editora UNESP, 2012.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As Barbas do Imperador..** São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SENADO FEDERAL. **A Abolição no Parlamento – 65 anos de luta – Vol. II.** Secretaria Especial de Editoração e Publicações. Brasília – DF, 2012.

THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum.** São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

TORRES, João Camilo de Oliveira. **A Democracia Coroada.** Petrópolis-RJ: Vozes, 1964.